

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO  
PROFISSIONAL**

**Eliana Josefa da Silva**

**ABUSO SEXUAL INFANTIL NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS  
INICIAIS – REVELAÇÃO: ANÁLISE DAS PRÁTICAS, DESAFIOS E  
DA CULTURA DOCENTE EM UMA ESCOLA DO ABC PAULISTA.**

**São Caetano do Sul – SP  
2025**

**ELIANA JOSEFA DA SILVA**

**ABUSO SEXUAL INFANTIL NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS – REVELAÇÃO: ANÁLISE DAS PRÁTICAS, DESAFIOS E DA CULTURA DOCENTE EM UMA ESCOLA DO ABC PAULISTA.**

**Trabalho Final de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional - da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.**

**Área de concentração: Formação de Professores e Gestores**

**Orientador: Prof. Dr. Marco Wandercil**

**São Caetano do Sul – SP  
2025**

### **FICHA CATALOGRÁFICA**

Silva, Eliana Josefa da.

Abuso sexual infantil no ensino fundamental anos iniciais – revelação: análise das práticas, desafios e da cultura docente em uma escola do ABC Paulista

. / Eliana Josefa da Silva – Ano da defesa. 111f.

Orientador: Prof. Dr. Marco Wandercil. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS – São Caetano do Sul, Ano da defesa.

Vulnerabilidade Social; Revelação de Abuso Sexual; Formação Docente; Políticas Públicas Educacionais.

. I. Wandercil, Marco. II Título.

**Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul  
Prof. Dr. Leandro Campi Prearo**

**Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa  
Profa. Dra. Maria do Carmo Romeiro**

**Gestão do Programa de Pós-graduação em Educação  
Profa. Dra. Ana Sílvia Moço Aparício**

Trabalho Final de Curso defendido e aprovado em 05/02/2025 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Marco Wandercil (USCS)

Profa. Dra. Regina Rossetti (USCS)

Prof. Dr. Eduardo Rezende de Melo (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo)

Dedico este trabalho às pessoas que são o alicerce da minha vida: meu marido, meu filho e minha nora. Celso, meu companheiro e maior incentivador, agradeço pelo apoio constante e pela paciência nas horas dedicadas aos estudos. Sua confiança em mim, mesmo nos momentos em que eu mesma duvidava, foi essencial para que eu avançasse. Ao meu filho, Andres, cuja trajetória é minha inspiração diária, agradeço por sua curiosidade e sede de conhecimento, que renovaram meu compromisso com a educação e me impulsionaram nesta jornada. À minha querida nora, Cris, que se tornou uma verdadeira filha, sou profundamente grata. As reflexões sobre educação de minha família enriqueceram meus horizontes e trouxeram contribuições valiosas para este trabalho. Vocês são os pilares que sustentaram meus sonhos e fortaleceram minha determinação para concluir esta etapa. O presente trabalho é um reflexo do nosso esforço compartilhado e do amor que nos une.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, ao Dr. Eduardo Resende de Melo, que, com generosidade e visão, plantou a semente que me fez pensar na possibilidade de trilhar o caminho do mestrado. Suas palavras foram fundamentais para que eu iniciasse essa jornada de estudos e descobertas.

Manifesto também minha gratidão à Dra. Regina Rossetti, professora de metodologia da pesquisa e integrante da banca examinadora, por suas contribuições valiosas, observações criteriosas e apoio intelectual. Sua experiência e generosidade tornaram este percurso ainda mais enriquecedor.

Ao meu orientador, Marco Wandercil Silva, expresso minha profunda gratidão pela dedicação incansável e paciência ao longo de todo o processo. Sua orientação atenta, seus comentários precisos e seu apoio constante foram essenciais para o desenvolvimento do presente estudo. Obrigada por compartilhar seu conhecimento e por acreditar no potencial do projeto.

Agradeço, ainda, às amigas, Kátia Bassi da Cruz, Shirley Bernardo Siste, Sonia Lima e Katia Domingues; em nome de todos que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho, meu sincero agradecimento.

À Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul pela concessão de bolsa de estudos parcial, possibilitando a realização desta investigação e por todo incentivo.

“Ouvir a voz da consciência, que não se cala diante da dor; é ela que nos guia a agir e a buscar a verdade, mesmo quando o silêncio parece ser a opção mais segura.”

*(Autor desconhecido)*

## RESUMO

O abuso sexual infantil é uma grave violação dos direitos humanos, com impactos profundos no desenvolvimento e bem-estar de crianças em todo o mundo. No contexto escolar, os professores frequentemente se deparam com situações de revelação de abuso, mas muitos relatam despreparo para lidar de forma adequada com essas ocorrências. Este trabalho investiga como professores dos anos iniciais do ensino fundamental enfrentam a revelação de abuso sexual cometido contra seus alunos, analisando as práticas adotadas e os desafios enfrentados na gestão desses casos no âmbito escolar. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com professores de uma escola pública do ABC Paulista. A fundamentação teórica explora estudos sobre abuso sexual infantil, o papel da escola na proteção de crianças, desenvolvimento infantil, formação docente e gestão educacional. Os resultados revelam desafios significativos, como a falta de capacitação específica, o medo de represálias e a ausência de protocolos institucionais claros para a gestão dessas situações. As práticas mais comuns incluem o encaminhamento à coordenação escolar e, em alguns casos, a notificação às autoridades competentes. Conclui-se pela necessidade urgente de formação continuada para os professores, assim como pelo fortalecimento de políticas institucionais e diretrizes que promovam a proteção integral da criança e orientem a ação docente. Como produto da pesquisa, propõe-se um workshop de capacitação de professores, acompanhado de uma cartilha como material de apoio, voltado à identificação, acolhimento e encaminhamento adequado de casos de abuso sexual infantil no contexto escolar. Esta pesquisa se alinha à área de concentração de Política e Gestão da Educação ao abordar questões cruciais de formação docente e propor estratégias para aprimorar as práticas escolares no enfrentamento de um problema social complexo que impacta diretamente o ambiente educacional.

**Palavras-chave:** vulnerabilidade social; revelação de abuso sexual; formação docente; políticas públicas educacionais.

## ABSTRACT

Child sexual abuse is a serious violation of human rights, with profound impacts on the development and well-being of children around the world. In the school context, teachers often face situations where abuse is disclosed, but many report feeling unprepared to deal with such occurrences appropriately. This study investigates how elementary school teachers respond to disclosures of sexual abuse committed against their students, analyzing the practices adopted and the challenges faced in managing these cases within the school environment. The research follows a qualitative approach, using semi-structured interviews with teachers from a public school in the ABC Paulista region. The theoretical framework explores studies on child sexual abuse, the role of schools in child protection, child development, teacher training, and educational management. The results reveal significant challenges, such as the lack of specific training, fear of retaliation, and the absence of clear institutional protocols for managing such situations. The most common practices include referring the case to school administrators and, in some cases, notifying the appropriate authorities. The study concludes that there is an urgent need for continuing education for teachers, as well as for strengthening institutional policies and guidelines that promote the comprehensive protection of children and guide teacher action. As a product of the research, a teacher training workshop is proposed, accompanied by a booklet as support material, aimed at the identification, support, and proper referral of cases of child sexual abuse in the school context. This research aligns with the field of Educational Policy and Management by addressing crucial issues in teacher training and proposing strategies to improve school practices in confronting a complex social problem that directly impacts the educational environment.

**Keywords:** social vulnerability; disclosure of sexual abuse; teacher training; educational public policies.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vítimas de estupro e estupro de vulnerável menores de 14 anos, por idade e sexo.....	22
Figura 2 - Número de violência sexual contra crianças e adolescentes – Brasil (2011-2021).....	52
Figura 3 - Mapa de Zoneamento Estratégico de São Caetano do Sul.....	62
Figura 4 - Nuvem de Palavras decodificadas a partir da análise das respostas coletadas nas entrevistas .....	73
Figura 5 - Distribuição por sexo .....	82
Figura 6 - Distribuição por cor/raça.....	82
Figura 7 - Distribuição por faixa etária.....	83
Figura 8 - Nível de Formação acadêmica.....	84

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais publicações acadêmicas sobre abuso sexual infantil e o papel dos educadores .....	28
Quadro 2 - Abordagens teóricas, práticas educacionais e manejo do tema .....	39
Quadro 3 - Agrupamento dos grandes temas e especificidades temáticas por autores .....	41
Quadro 4 - Temas e Frequência nas Respostas sobre Revelação de Abuso Sexual Infantil .....	74
Quadro 5 - Síntese dos dados em categorias e percepções dos professores.....	81
Quadro 6 - Desafios enfrentados pelos profissionais da educação para lidar com casos de abuso sexual infantil.....	84

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BDTD	Base de Dados de Teses e Dissertações
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
GAPE	Grupo de Apoio Participativo Educacional
GE-SINVICCA	Gestão Escolar - Sistema de Identificação e Notificação de Violências Contra Crianças e Adolescentes
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IINVICCA	Instrumento de Identificação e Notificação de Violências Contra Crianças e Adolescentes
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
NPCA	Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente
ONU	Organização das Nações Unidas
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
SISNOV	Sistema de Notificação de Violência
SISNOV /SISNAN	Sistema de Notificação de Violência de Campinas
SIPIA	Sistema de Informação para a Infância e Adolescência

# SUMÁRIO

<b>MEMORIAL</b> .....	15
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	17
1.1 Contextualização e Justificativa do estudo .....	21
1.2 Problematização .....	23
1.3 Objetivos.....	24
1.3.1 Objetivo Geral.....	24
1.3.2 Objetivos Específicos .....	24
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	27
2.1 Algumas Considerações .....	39
2.1.1 Capacitação Docente e Papel Estratégico da Escola.....	41
2.1.2 Dificuldades e Propostas de Solução .....	42
2.1.3 Prevenção e Promoção de um Ambiente Seguro.....	43
2.1.4 Integração com a Rede de Proteção e Papel do Estado.....	43
2.2 Revelação do Abuso Infantil.....	44
2.3 Teorias do Desenvolvimento Infantil: Psicológicas e Sociológicas.....	46
2.4 Escuta Protetiva em Casos de Revelação de Abuso Sexual no Contexto Educacional.....	48
2.5 Reconhecimento da problemática no contexto escolar .....	51
2.6 Marcos Legais e Políticas Públicas.....	52
2.6.1 Análise de Políticas Públicas: Exame das Iniciativas Governamentais Voltadas à Proteção e Assistência às Vítimas .....	55
2.7 Redes de Apoio e Serviços de Assistência .....	56
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	61
3.1 Caracterização do tipo de pesquisa.....	61
3.2 Local da pesquisa .....	61
3.3 Sujeitos Da Pesquisa.....	65
3.3.1 Descrição Dos Sujeitos .....	65
3.3.2 Critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos da pesquisa .....	65
3.4 Critérios éticos .....	66
3.4.1 Comitê De Ética E Pesquisa Com Seres Humanos.....	66
3.4.2 Riscos da pesquisa.....	66
3.4.3 Benefícios da Pesquisa.....	67

3.5 Instrumentos da Pesquisa.....	68
3.5.1 Descrição dos instrumentos da pesquisa .....	68
3.6 Etapas da Pesquisa .....	69
3.6.1 Etapa 01. Preparação e Planejamento .....	69
3.6.2. Etapa 02. Coleta de Dados.....	71
3.6.3 Etapa 03. Análise dos Dados .....	71
3.6.4 Etapa 04. Interpretação e Disseminação dos Resultados .....	71
<b>4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>73</b>
4.1 Da entrevista Semiestruturada Aplicada.....	74
4.2 Do Questionário Aplicado.....	80
<b>5 PROPOSTA DE PRODUTO EDUCACIONAL .....</b>	<b>88</b>
5.1 Justificativa.....	88
5.2 Objetivos .....	88
5.2.1 Geral .....	88
5.2.2 Específicos.....	88
5.3 Estrutura e Metodologia.....	89
5.4 Programação .....	89
5.5 Materiais Complementares .....	89
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>95</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>103</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>111</b>



## MEMORIAL

É com imensa gratidão que registro, neste memorial os marcos de minha trajetória acadêmica e profissional até o momento presente. Este documento serve como uma narrativa dos caminhos percorridos, das experiências vivenciadas e das conquistas alcançadas ao longo de minha jornada como estudante, advogada, professora universitária e, atualmente, como pedagoga.

Desde cedo, desenvolvi profundo interesse pelo conhecimento e pelo campo das Ciências Sociais, especialmente no âmbito do Direito. Foi essa paixão pela compreensão das dinâmicas sociais e pela busca da justiça que me impulsionou a ingressar no curso de Direito.

Após concluir minha graduação na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, iniciei na advocacia, em que tive a oportunidade de trabalhar em diversos casos e lidar com questões jurídicas complexas. A experiência prática foi fundamental para aprimorar minhas habilidades de análise, argumentação e resolução de problemas. Nesse período, também percebi a importância do papel do advogado na sociedade, não apenas como defensor dos interesses individuais, mas também como agente de transformação social e promotor da justiça.

Motivada pelo desejo de compartilhar meu conhecimento e contribuir para a formação de novos profissionais, decidi ingressar na carreira acadêmica. Obtive uma posição como professora universitária em Direito, lecionando disciplinas como Teoria Geral do Direito, Direito Civil e Direitos Humanos.

A experiência foi enriquecedora em diversos aspectos. Além de me permitir aprofundar conhecimentos em minha área de atuação, desafiou-me a desenvolver metodologias de ensino inovadoras e a estimular o pensamento crítico dos alunos.

Apesar da realização profissional no campo do Direito e da docência universitária, sempre senti uma forte afinidade com a educação e o processo de aprendizagem. Foi essa paixão que me levou a buscar uma nova formação, dessa vez em Pedagogia.

Após concluir o curso, decidi me inscrever em um concurso municipal para professores da rede pública de ensino. Felizmente, fui aprovada, e isso representou uma nova fase em minha carreira, bem como uma oportunidade de aplicar meus conhecimentos e habilidades em um contexto diferente.

Ao longo de minha jornada acadêmica e profissional, enfrentei desafios e

adversidades, mas também vivenciei momentos de grande realização e aprendizado. Cada experiência contribuiu para minha formação como pessoa e profissional, moldando minha visão de mundo e fortalecendo meu compromisso com a educação e a justiça social.

Atualmente, dou continuidade à minha jornada acadêmica como aluna de mestrado em Educação. O novo desafio representa uma oportunidade de aprofundar meus conhecimentos na área educacional, explorar novas perspectivas de pesquisa e contribuir de forma mais significativa para o campo da educação.

O presente memorial não apenas celebra minhas conquistas até o momento, mas também serve como lembrete do meu compromisso contínuo com o crescimento pessoal e profissional, e com a busca incessante pelo conhecimento e pela excelência em tudo o que faço.

## 1 INTRODUÇÃO

O ambiente educacional é permeado por desafios diários, os professores frequentemente enfrentam uma gama de dificuldades na sala de aula. Um aspecto particularmente alarmante é o aumento de casos de crianças vítimas de abuso sexual, o que ressalta a urgência de melhora na formação dos educadores para que possam enfrentar esses complexos desafios de maneira eficaz e prática (Mendes; Moura; Aragão, 2020).

A temática do abuso sexual infantil no ambiente escolar tem se mostrado uma questão urgente e de grande complexidade. Nos anos iniciais do ensino fundamental, a escola desempenha um papel central no desenvolvimento biopsicossocial da criança, sendo também, em muitos casos, o espaço onde ocorrem as primeiras revelações de abuso. Entretanto, a falta de preparo específico por parte dos professores para lidar com tais situações aponta para a necessidade de uma formação continuada que vá além dos aspectos pedagógicos tradicionais (Rodrigues; Mello, 2024).

Os casos de abuso sexual infantil que ocorrem fora da escola, mas acabam sendo identificados no contexto escolar, têm se tornado uma preocupação crescente por parte de gestores e professores. Este tema é frequentemente discutido em pesquisas que buscam aprofundar a reflexão sobre a complexidade desses casos e encontrar alternativas eficazes para apoiar ações de intervenção. De acordo com Oliveira, Furtado e Barreto (2022), o reconhecimento e a resposta adequada a essas situações são fundamentais para garantir a segurança e o bem-estar das crianças, além de contribuir para a criação de um ambiente educacional mais seguro e acolhedor.

Essas preocupações, segundo os autores, geram um rico terreno para debates e trocas de experiências, especialmente quando se considera a formação de professores. A necessidade de despertar o interesse de pesquisadores sobre o tema e suas diversas interfaces, particularmente com a prática educacional, destaca a relevância do assunto. Essa discussão envolve a incorporação de elementos afetivos, cognitivos e simbólicos que os indivíduos desenvolvem na interação com a realidade vivenciada (Oliveira; Furtado; Barreto, 2022).

Portanto, a formação de professores, para lidar com crianças vítimas de abuso sexual, exige não apenas habilidades práticas, mas também, uma

compreensão aprofundada das representações sociais presentes nesse contexto. Melhorar a formação de professores contribuirá para uma atuação eficaz diante dessas situações delicadas e promoverá uma reflexão mais ampla sobre o papel transformador da educação escolar.

Cabe salientar que o aumento de casos de violência envolvendo crianças tem se tornado uma preocupação crescente e é frequentemente discutido em debates e pesquisas que buscam aprofundar a reflexão e encontrar alternativas eficazes para apoiar ações de intervenção (Lyra; Constantino; Ferreira, 2010; Bazon; Faleiros, 2013). Essas vítimas têm sua infância violada por indivíduos que, muitas vezes, deveriam estar zelando por sua proteção. Esse impacto afeta profundamente a vida da criança e seu desenvolvimento escolar.

O abuso sexual infantil é uma grave violação dos direitos humanos que afeta milhões de crianças em todo o mundo. No Brasil, os dados são alarmantes: entre 2015 e 2021, foram notificados 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, o que equivale a quase 80 casos por dia (Garcia; Mazui; Parreira, 2023). Em 2021, o número de notificações foi o maior registrado ao longo do período analisado, com 35.196 casos (Brasil, 2023a).

Informações disponibilizadas pela Secretaria de Segurança Pública (2024) apontam que nas edições anteriores do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o perfil das vítimas de violência sexual no Brasil evidencia predominantemente crianças e pré-adolescentes com idade até 13 anos. Entre as vítimas, 11,1% têm entre 0 e 4 anos, 18% estão na faixa de 5 a 9 anos e 32,5% têm entre 10 e 13 anos. Dessa forma, crianças e adolescentes com até 13 anos representam 61,6% dos casos registrados.

A discrepância nos registros levanta questões quanto à possível subnotificação ou à tendência das autoridades em priorizar a classificação de casos envolvendo vítimas menores de 14 anos como estupro de vulnerável, devido à legislação específica. Contudo, relatos de vítimas revelam barreiras na busca por justiça, como a resistência de alguns policiais em formalizar denúncias. Essa realidade reflete estereótipos persistentes que culpabilizam as vítimas, associando a violência sexual ao comportamento ou vestimentas das mulheres e até mesmo a possíveis motivações, como vingança ou busca de um aborto legal. Tais crenças prejudicam o enfrentamento do problema ao minimizar a gravidade do crime e transferir a responsabilidade do agressor para a vítima (Scarpati e Koller, 2020).

Com os dados do Censo, tornou-se possível refinar as análises de vitimização por faixa etária, evidenciando desigualdades alarmantes na prevalência da violência sexual em diferentes idades. Crianças e adolescentes de 10 a 13 anos apresentam a maior taxa de vitimização, com 233,9 casos por 100 mil habitantes neste grupo, o que é 465% superior à média nacional. Já crianças de 5 a 9 anos registraram uma taxa de 103,3 casos por 100 mil, ocupando a segunda posição em incidência. Um dado especialmente impactante refere-se aos bebês e crianças de 0 a 4 anos, cuja taxa alcançou 68,7 casos por 100 mil habitantes, mais de 1,6 vezes acima da média nacional de 41,4 casos por 100 mil.

Esses números destacam a gravidade e a vulnerabilidade de grupos etários mais jovens, exigindo maior atenção e esforços direcionados para prevenir e combater a violência sexual em todas as suas formas.

Infelizmente e historicamente, o abuso sexual infantil sempre fez parte das estruturas sociais; no entanto, em épocas passadas, a importância dada às vítimas dessa atrocidade era mínima. Em algumas culturas, essa prática era até mesmo normalizada, tratando as crianças como irrelevantes na sociedade (Neves *et al.*, 2010).

Neste estudo, adotamos o termo "criança" conforme o conceito jurídico do art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que define criança como a pessoa que ainda não completou 12 anos de idade, usando um critério baseado na idade e evitando julgamentos sobre maturidade ou discernimento. Tanto a legislação brasileira quanto a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhecem a criança como um indivíduo em um estágio particular de desenvolvimento, que deve ser tratado como sujeito de direitos plenos e indivisíveis, merecendo atenção prioritária da sociedade, da família e do Estado.

Com base nessas considerações, o termo "criança" será utilizado conforme critério etário estabelecido pelo ECA e pela Lei de diretrizes e bases da educação nacional LDBEN, ou seja, crianças entre 6 e 12 anos, que estejam frequentando os anos iniciais do ensino fundamental.

A violência sexual contra crianças é um tema de elevada complexidade, com amplas repercussões sociais e individuais, que tem despertado crescente atenção da comunidade acadêmica ao longo das últimas décadas. Este estudo busca explorar as diversas manifestações desse fenômeno, destacando suas características principais e os impactos sobre o desenvolvimento das vítimas. Para

tanto, fundamenta-se em uma revisão abrangente de literatura contemporânea, com ênfase em contribuições nacionais e internacionais.

A violência sexual infantil é composta por uma gama de práticas abusivas, organizadas em duas categorias principais: o abuso sexual e a exploração sexual. Enquanto o abuso sexual ocorre em contextos intrafamiliares ou extrafamiliares, a exploração sexual está relacionada a práticas como prostituição, tráfico sexual, turismo sexual e pornografia envolvendo menores. Estudos destacam que a alta prevalência e os efeitos devastadores sobre o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças tornam o tema uma questão de saúde pública prioritária (Osofsky, 1995; Gonçalves e Ferreira, 2002).

O abuso sexual infantil caracteriza-se pelo uso de uma criança em práticas de natureza sexual, frequentemente mediadas por coerção física, manipulação emocional ou intimidação psicológica. Essas ações podem incluir contato físico direto, como toques, carícias ou penetração, bem como interações sem contato físico, como voyeurismo ou assédio (Azevedo e Guerra, 1989; Thomas, Eckenrode e Garbarino, 1997). Tais práticas configuram uma violação severa da integridade e da dignidade da criança, agravada pela posição de vulnerabilidade da vítima.

Pesquisadores identificam que o abuso sexual intrafamiliar, também conhecido como incestuoso, apresenta um impacto emocional particularmente intenso. Nesses casos, o agressor ocupa posições de confiança ou cuidado em relação à vítima, como parentes diretos, padrastos ou outros membros do núcleo familiar, ampliando o sofrimento emocional e os conflitos internos da criança (Furniss, 1993; Habigzang e Caminha, 2004). A "Síndrome de Segredo", conforme proposto por Furniss (1993), descreve a rede de silêncio e intimidação que caracteriza muitas dessas situações, dificultando a revelação do abuso.

Além disso, o abuso sexual frequentemente coexiste com outras formas de violência familiar, como negligência e agressões físicas ou emocionais. Fatores de risco associados ao ambiente familiar incluem uso de substâncias psicoativas, dificuldades econômicas, papéis de gênero rígidos e transtornos mentais dos cuidadores (Thomas *et al.*, 1997; Koller e De Antoni, 2004). Esses fatores contribuem para a manutenção do ciclo de violência e reforçam a necessidade de intervenções sistêmicas.

Os efeitos do abuso sexual no desenvolvimento infantil são variados. Enquanto algumas crianças demonstram resiliência, outras apresentam problemas

emocionais e psiquiátricos duradouros, como transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade e depressão (Heflin e Deblinger, 1996; Cohen *et al.*, 2001). A disponibilidade de uma rede de apoio familiar e comunitária é um elemento crucial para minimizar os impactos negativos.

Por fim, é essencial adotar abordagens multidisciplinares para prevenir, identificar e tratar casos de abuso sexual infantil. Estratégias eficazes devem levar em conta os aspectos psicológicos, sociais e legais do problema, promovendo ações integradas que garantam a proteção e o bem-estar das crianças. O enfrentamento desse fenômeno exige a compreensão de suas dinâmicas, acrescido do compromisso social e político para criar ambientes seguros e acolhedores para o desenvolvimento saudável de crianças.

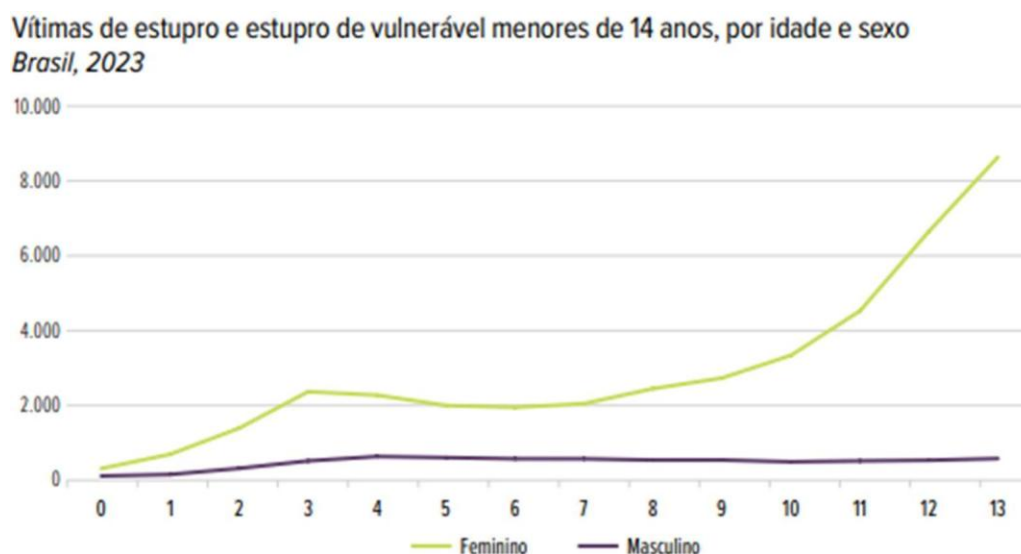
Assim busca-se dar visibilidade acerca das posturas adotadas pelos atores escolares no trato com crianças vítimas de abuso sexual no momento da revelação, especialmente, no tocante a acolhimento, reforços de vínculos, e até cuidados relacionados a sobrevivência, com ênfase no restabelecimento de diálogos, promovendo a restauração do tecido social rompido, drasticamente, pelo abuso causado. Acredita-se ser indispensável que o problema seja encarado com outras lentes, de forma mais humanizada, pois as necessidades destas crianças são centrais (Amazarray; Koller, 1998).

Essas crianças têm sua infância subtraída, prejudicada e despedaçada por indivíduos que, em sua maioria, deveriam estar zelando por sua proteção. Esse impacto repercute ao longo de toda a vida da criança, inclusive em seu desenvolvimento escolar.

## **1.1 Contextualização e Justificativa do estudo**

O aumento de casos de violência sexual é uma preocupação significativa que requer reflexão profunda e medidas corretivas (Gomes *et al.*, 2002). Nesse contexto, torna-se imperativo analisar as posturas adotadas pelos professores no momento da revelação dos alunos vítimas de abuso sexual.

Figura 1 - Vítimas de estupro e estupro de vulnerável menores de 14 anos, por idade e sexo



**Fonte:** Análise produzida com base nos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

Fonte: Brasil (2023).

A escola, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990) é um espaço fundamental para o desenvolvimento biopsicossocial e para a formação da identidade infantil. Entretanto, Viodres e Ristum (2008) observam que muitos profissionais da educação têm se afastado dessa responsabilidade no dia a dia. Esses autores destacam a importância do papel dos professores, que podem atuar como agentes fundamentais na prevenção, identificação e encaminhamento de possíveis casos de abuso sexual infantil.

Desse modo, discutir a postura dos professores no momento da revelação de abuso sexual infantil, bem como suas práticas, é essencial. Essa pesquisa possui relevância social, sendo amplamente discutida por autores como Araújo (2002), Azambuja (2006) e Viodres e Ristum (2008). Esses estudos exploram características dos agressores, locais e vítimas, os desafios de denúncia, os serviços de apoio à vítima e à família, e o envolvimento dos profissionais escolares nessa temática.

O levantamento bibliográfico revelou uma lacuna na literatura sobre o conhecimento dos professores acerca do abuso sexual infantil, sua formação acadêmica ou continuada no tema e os apoios disponibilizados pelos governos federal, estadual ou municipal para capacitá-los. Isso inclui tanto a aquisição de conhecimentos quanto a preparação prática para prevenir, identificar e lidar com casos de abuso sexual (Amazarray; Koller, 1998).

A capacitação contínua dos profissionais que atuam com crianças é fundamental para combater a violência infantil. Essa abordagem inclui treinamento sobre direitos das crianças, identificação de sinais de abuso e métodos apropriados de intervenção e apoio. Esse treinamento deve conscientizar sobre as formas de violência contra crianças, suas causas e impactos, além de estratégias para prevenir e lidar com essas situações. Profissionais devem adquirir habilidades práticas para interagir com as crianças de maneira sensível e eficaz, respeitando sua dignidade e direitos. A colaboração entre os setores de educação, saúde, justiça e assistência social é essencial para consolidar uma rede de proteção mais eficaz (Pinheiro, 2006).

Assim, esta pesquisa se justifica cientificamente, considerando que o abuso sexual é um problema social complexo que provoca sofrimento e impacta profundamente a vida de muitas crianças e suas famílias. A escola, como espaço de formação integral e rede de apoio precisa estar capacitada para colaborar na proteção de seus alunos.

Esta investigação visa compreender como os professores dos anos iniciais do ensino fundamental lidam com a revelação de abuso sexual infantil de seus alunos, explorando as práticas que adotam e contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas de formação docente.

## **1.2 Problematização**

Ao buscar compreender e reconhecer o abuso sexual sofrido pelos alunos, muitos professores adotam posturas que os afastam de um posicionamento ativo frente a essa questão. É imperativo reconhecer a necessidade urgente de desenvolvimento profissional contínuo para os educadores, capacitando-os para reavaliar e ajustar seus procedimentos diante dessas situações delicadas. (Gomes *et al.*, 2002). Entre as inúmeras barreiras enfrentadas no seu cotidiano profissional, os educadores também se deparam com essa angustiante realidade cada vez mais presente.

Diante disso, torna-se necessário implementar políticas públicas específicas de formação de professores, visando prepará-los para que possam lidar de maneira eficaz com essa problemática. O reconhecimento desses sujeitos no ambiente escolar suscita questionamentos acerca do verdadeiro papel da educação,

destacando seus objetivos essenciais (Oliveira; Furtado; Barreto, 2022).

A revelação de abuso sexual por crianças em idade escolar é um fenômeno complexo e multifacetado, os professores, que muitas vezes são os primeiros adultos fora do ambiente familiar a tomarem conhecimento dessas situações, enfrentam diversos desafios ao lidar com essas revelações.

Diante das considerações realizadas, a presente pesquisa tem como propósito responder à seguinte questão: “De que maneira os professores dos primeiros anos do Ensino Fundamental lidam com a revelação de abuso sexual pelos alunos, quais as práticas adotadas em suas ações?”

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo Geral**

Investigar como os professores dos anos iniciais do ensino fundamental lidam com a revelação de abuso sexual perpetrado contra seus alunos e quais as práticas adotadas em suas ações.

### **1.3.2 Objetivos Específicos**

1. Analisar as percepções dos professores sobre o abuso sexual infantil e suas responsabilidades diante de revelações abuso sexual perpetrado contra seus alunos.
2. Identificar as práticas e fatores influenciadores utilizados pelos professores ao receberem revelações de abuso sexual.
3. Propor recomendações para a formação contínua dos professores com base nas lacunas e necessidades identificadas, porventura identificadas.

Esses objetivos específicos norteiam a presente dissertação, que visa elucidar os desafios enfrentados por educadores e propor caminhos para uma formação mais adequada e sensível ao tema.

A presente dissertação está organizada em seis seções principais, que estruturam a pesquisa para facilitar a compreensão do tema e das práticas de professores dos anos iniciais do ensino fundamental no manejo de casos de

revelação de abuso sexual infantil.

A primeira seção faz uma introdução ao tema central da dissertação, apresentando a problematização, os objetivos, a justificativa e a relevância da pesquisa.

A segunda, oferece uma revisão abrangente da literatura, contemplando elementos como conceituação, definições e características do abuso sexual infantil, situando o leitor em relação aos termos e ao alcance da problemática. Aborda o papel dos professores na identificação de casos de abuso, discutindo a importância dos professores no reconhecimento dos sinais de abuso e na atuação inicial de proteção à criança. O processo de revelação do abuso sexual infantil no contexto escolar, examinando o contexto em que as revelações de abuso ocorrem, incluindo fatores que afetam essa revelação. Discorre sobre teorias do desenvolvimento infantil: psicológicas e sociológicas, oferecendo elementos para compreender o impacto do abuso no desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças. Apresenta a relevância da escuta protetiva em casos de revelação de abuso sexual no contexto educacional, explicando como os professores podem facilitar a revelação em um ambiente seguro, bem como, os impactos da escuta protetiva no ambiente escolar e como essa prática pode promovendo um ambiente escolar acolhedor e de confiança para as vítimas. Discorre sobre o papel da escola na identificação do abuso, incluindo a importância do preparo dos educadores para identificar sinais e barreiras enfrentadas. Explicita os principais Marcos Legais e Políticas Públicas, como o ECA, que orientam a resposta da escola a casos de abuso sexual. E, apresenta um conjunto de Redes de Apoio e Serviços de Assistência disponível para crianças vítimas de abuso e o papel da escola em colaborar com instituições de assistência, como CREAS e Conselhos Tutelares.

Na seção 3 detalham-se os métodos e procedimentos utilizados na pesquisa, incluindo o seu delineamento, o tipo de pesquisa e a abordagem metodológica escolhida, descreve o processo de coleta de dados, técnicas e instrumentos utilizados e explica o processo de análise dos dados coletados para interpretar os achados da pesquisa.

A quarta seção 4 apresenta e discute os resultados da pesquisa, analisando como os professores dos anos iniciais lidam com as revelações de abuso infantil e quais práticas adotam, contextualizando esses achados com a literatura existente.

A quinta seção é dedicada a exposição prévia da proposta do produto

desenvolvido a ser desenvolvido partir dos resultados da pesquisa, direcionado para a formação de professores. Esse produto, inicialmente, visa capacitar docentes a reconhecer e manejar casos de abuso sexual infantil, oferecendo orientações e recursos para o contexto escolar.

Por fim, na seção 6, sintetizamos as conclusões do estudo, destacando as implicações para a prática docente e políticas educacionais e sugerindo áreas para futuras pesquisas. Apontamos também as limitações do estudo e as contribuições para o campo da educação.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção tem como objetivo fornecer uma visão abrangente das pesquisas acadêmicas existentes que giram em torno do tema central deste estudo. Ao explorar a literatura, busca-se entender o estado atual do conhecimento sobre o abuso sexual infantil e a formação de professores, identificando lacunas e ambiguidades que motivaram a necessidade desta pesquisa.

Compreender as contribuições prévias foi essencial para contextualizar o problema e fundamentar teoricamente as escolhas metodológicas. A presente revisão da literatura delineou a trajetória do conhecimento acumulado, abordando conceitos-chave, teorias predominantes e resultados de pesquisas anteriores. Além disso, destaca-se o papel proeminente desempenhado por estudos empíricos na moldagem da compreensão atual do tema em análise.

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizado um levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), focando em estudos que abordassem a temática do abuso sexual na perspectiva docente. O período de busca compreendeu o primeiro quarto de século (anos de 1999 a 2024), utilizando-se os descritores 'Abuso Sexual Infantil'; 'Revelação abuso sexual'; 'Crianças'; 'Ensino Fundamental (anos iniciais)'; 'Docente'; 'Práticas Pedagógicas' e 'formação de professores'.

Após a seleção e análise dos trabalhos encontrados, foram escolhidos 21 estudos apresentados e discutidos ao longo desta dissertação, apresentados no Quadro 1. A análise dessas obras revela uma lacuna na literatura acadêmica no que concerne à revelação, identificação, compreensão e abordagem do abuso sexual de crianças do ensino fundamental anos iniciais.

Embora existam pesquisas direcionadas à educação sexual no ensino fundamental, os estudos que se dedicam à perspectiva dos professores e às suas ações frente à revelação do abuso sexual são incipientes. Esse cenário sugere a necessidade de maior atenção a esse tema, além da implementação de políticas e práticas educacionais eficazes para a prevenção e intervenção nesse tipo de violência, conforme destacado por Padilha e Gomide (2004).

Quadro 1 - Principais publicações acadêmicas sobre abuso sexual infantil e o papel dos educadores

<b>Pesquisador</b>	<b>Ano</b>	<b>Local da Publicação</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Título</b>	<b>Palavras-chave</b>
Baía; Xavier; Habigzangc; Dell'Aglio; Magalhães.	2015	Revista de Psicología Universidad de Chile	Artigo	Padrões de revelação e descoberta do abuso sexual de crianças e adolescentes	Abuso sexual, revelação, descoberta, padrões.
Corsini; Almeida; Silva.	2017	Fórum (re)pensando a Educação,	Artigo	A Discussão sexual na formação dos licenciados: Prevenção, atendimento e responsabilização	Violência Sexual. Criança e Adolescente. Educação.
Ribeiro; Paulini.	2022	Editora Científica Digital, vol.X	Artigo	A importância da formação de professores para abordagem da temática de educação sexual: uma revisão	Educação Sexual, Formação Continuada, Formação Inicial.
Duarte; Patias; Hohendorff.	2022	Psico-USF	Artigo	Crenças de Professores sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	Delitos sexuais; notificação; professores escolares
Oliveira; Silva; Oliveira.	2022	Formação docente. Editora Atena, vol. 2	Capítulo de livro	Professores no Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes	Abuso sexual; formação docente; retorno as aulas presenciais
Costa; Barreira; Barros; Souza.	2021	Caderno CRH	Artigo	Abuso sexual infantojuvenil enquanto problema social em Fortaleza, Ceará	Abuso sexual; Problema social
Borges; Medeiros; Assis.	2021	RPGE Revista <i>online</i> de Política e Gestão Educacional	Artigo	A gestão escolar democrática e a atuação na proteção da criança e do adolescente	Escola. Gestão. Proteção. Violência
Assis.	2020	Universidade do Vale do Sapucaí – Univás	Dissertação	A gestão educacional e o sistema de identificação e notificação de violência contra crianças e adolescentes	Adolescente. Criança. Informatização Da Gestão Educacional. Notificação. Violência.
Tavares.	2019	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Dissertação	Representação social do abuso sexual infantil e as práticas escolares em professores do ensino fundamenta	Representação Social; Abuso Sexual; Práticas; Professores; Sistema De Garantia De Direitos Da Criança E Do Adolescente.
Araújo.	2019	Universidade Católica de Brasília	Dissertação	A revelação no ambiente escolar da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes: procedimentos de escuta e medidas adotadas	Violência sexual contra criança e adolescente..Escola. Revelação. Escuta.Notificação.
Platt; Back; Hauschild; Guedert.	2018	Ciência & Saúde Coletiva	Artigo	Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências	Violência sexual; Crianças
Lopes; Guimarães; França; Oliveira.	2017	Anais Da Jornada Científica Dos Campos Gerais	Resumo	Abuso sexual na infância: uma breve abordagem do papel do professor diante a esse crime.	Abuso sexual infantil, maus tratos, professor, escola.

Pesquisador	Ano	Local da Publicação	Modalidade	Título	Palavras-chave
Sell; Ostermann.	2015	Delta Estudos em Linguística Teórica e Aplicada	Artigo	A construção da significação da experiência do abuso sexual infantil através da narrativa: uma perspectiva interacional.	Fala-em-interação; mandato institucional; abuso sexual infantil; narrativas
Jasper; Feller; Piva; Alves.	2013	REDIVI - Revista de Divulgação Interdisciplinar do Núcleo das Licenciaturas Univale	Artigo	Prevenção à violência sexual e formação de professores: Avaliação de uma proposta de <b>intervenção</b>	Violência Sexual. Crianças e Adolescentes. Formação de Educadores.
Habigzang; Ramos; Koller.	2011	Psicologia: Teoria e Pesquisa, vol. 27 n. 4, p. 467-47	Artigo	A Revelação de Abuso Sexual: As Medidas Adotadas pela Rede de Apoio	Abuso sexual; rede de apoio; crianças; adolescentes
Viodres; Ristum.	2008	Estud.psicol. (Campinas)	Artigo	Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola	Escolas; Identificação da violência; Violência sexual
Brino; Williams	2008	Educação & Realidade, vol. 33, núm. 2, p. 209-229, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil	Artigo	Professores como Agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil.	Sexualidade infantil – Abuso – Prevenção. Professor – Formação. Educação sexual
Pinheiro.	2006	Ciência & Saúde Coletiva, 11, 1343–1350	Artigo	Violência contra crianças	Direitos humanos e saúde, Violência contra as crianças, Violência e saúde
Habigzang; Koller; Azevedo; Machado.	2005	Psicologia UNB	Artigo	Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos	Abuso sexual infantil; dinâmica familiar; fatores de risco.
Brino; Williams.	2003	Cadernos de Pesquisa, n. 119	Artigo	Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil	Criança; Abuso sexual; Educação da criança; Professor
Amaral; Bolonhezi	s/d	Faculdade de Apucarana (FAP/UEM)	Artigo	A violência contra crianças e adolescentes e a atuação da rede de proteção na visão de profissionais de gestão educacional	Proteção Integral. Gestão Escolar. Educação Básica

Fonte: Elaboração própria.

Duarte, Patias e Hohendorff (2022) investigaram as crenças de professores acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes. Utilizaram a metodologia de estudo quantitativo, transversal, de delineamento tipo *survey*, empregando instrumentos como ficha de dados sociodemográficos e laborais com questões referentes idade, gênero, formação, anos de experiência, participação em cursos ou palestras específicas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes no ambiente escolar, e conhecimento do artigo 13 do ECA foram investigadas. A coleta de dados teve como

campo de pesquisa professores de ensino fundamental e médio, de escolas públicas e privadas.

O estudo foi guiado por análises descritivas, de frequência, testes U de Mann-Whitney e teste de Kruskal-Wallis concluindo que os professores desempenham papel indispensável na identificação e notificação de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, embora a atuação das escolas nesse aspecto ainda seja insuficiente.

Para os autores, fatores como o tabu em torno da sexualidade, a falta de formação adequada e crenças pessoais dos professores contribuem para tal deficiência. Os pesquisadores destacaram a influência das crenças dos professores sobre suas ações, mostrando que mesmo uma leve concordância ou neutralidade em relação a essas crenças é preocupante, dado o impacto que podem ter na resposta a casos de violência sexual. O estudo também recomendou a inclusão do tema da violência sexual no projeto pedagógico das escolas e reforçou a necessidade de articulação entre o desenvolvimento pessoal e profissional dos educadores e a gestão organizacional da escola para enfrentar essa realidade de forma mais eficaz.

No artigo de Oliveira, Silva e Oliveira (2022), relata-se pesquisa realizada numa escola de educação básica no interior do estado de Alagoas, em que foi investigada a incidência de abuso sexual de crianças e adolescentes, especialmente no retorno às aulas presenciais, após o isolamento social decorrente da pandemia de covid-19. A investigação envolveu professores e alunos, focando a identificação de casos de abuso sexual e os desafios enfrentados pelos educadores ao lidar com o problema. O aumento de relatos por parte dos alunos destacou a necessidade de suporte para os docentes, que muitas vezes carecem de formação e experiência adequadas para lidar com situações tão complexas.

O estudo revelou que o abuso sexual pode ocorrer tanto dentro quanto fora do ambiente familiar, sendo uma forma grave de violência, com impactos psicológicos significativos, incluindo o desenvolvimento de transtornos como depressão e estresse pós-traumático. Os resultados indicaram a importância de uma maior capacitação dos professores a fim de identificarem os casos e apoiarem adequadamente as vítimas.

Costa *et al.* (2021), por sua vez, discutiram o conceito de abuso sexual infantil, definido como a utilização de crianças para a satisfação sexual de adultos,

distinguindo o abuso intra e extrafamiliar com base na relação entre agressor e vítima. Ademais, analisaram como o abuso sexual infantojuvenil é tratado como "problema social" no contexto de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em Fortaleza. A análise mostrou que o processo de reconhecer e enfrentar o abuso sexual nessa faixa etária envolve não apenas as diretrizes do sistema de assistência social, mas também a manipulação de materiais e a criação de estratégias que fazem o problema existir ou desaparecer nos registros oficiais. Para que o abuso seja considerado um "problema social", é necessário ser denunciado, notificado e documentado, gerando estatísticas que alimentam os relatórios públicos.

O estudo também destacou que a intervenção estatal se materializa por meio de práticas burocráticas, como acolhimento, entrevistas e elaboração de documentos, que, embora fundamentais para o reconhecimento do problema, consomem a maior parte do tempo dos trabalhadores do CREAS. A ênfase na burocracia, aliada a desafios estruturais como alta demanda e rotatividade de profissionais, compromete o atendimento adequado às vítimas, o que pode explicar a alta taxa de evasão dos serviços. Assim, sugere-se que tais práticas burocráticas muitas vezes prevalecem sobre noções de atenção e cuidado, resultando em um desencontro entre as expectativas das vítimas e o serviço oferecido. Metodologicamente, a pesquisa foi conduzida por meio de etnografia, entrevistas semiestruturadas e análise de documentos, focalizando o modo como essas práticas criam ou desconstruem o abuso sexual infantojuvenil como um problema social a ser enfrentado pelo poder público.

O estudo bibliográfico de Borges, Medeiros e Assis (2021) teve como objetivo compreender de que modo a gestão escolar se integra à rede de proteção e quais são as responsabilidades e funções do gestor ao identificar situações de violência contra crianças e adolescentes. O foco recaiu sobre a gestão escolar democrática, com participação ativa dos envolvidos nesse contexto, além de explorar a eficiência, confidencialidade e otimização necessárias para a notificação dessas situações ao conselho tutelar.

Partindo de tal premissa, investigou-se a existência de instrumentos e ferramentas tecnológicas que auxiliassem os gestores educacionais a identificar e notificar casos de violência. O trabalho destacou que a escola, como referência comunitária, desempenha papel substancial na rede de proteção, sendo essencial

que os gestores e profissionais da educação participem ativamente dessa articulação. A gestão democrática é enfatizada como fundamental para fortalecer a rede protetiva e garantir um ambiente seguro para os alunos.

As autoras afirmam que a gestão escolar, ao lidar com a notificação de casos de violência, deve se aproximar da comunidade familiar, conhecendo o contexto local para promover a participação ativa da comunidade na rede de proteção. Além de melhorar a qualidade da educação, a gestão democrática desempenha papel político, cultural, econômico e social, contribuindo para a proteção dos alunos contra a violência. Dada a necessidade de lidar com informações sigilosas de forma rápida e eficiente, sugere-se o desenvolvimento de instrumentos informatizados específicos a fim de apoiar a gestão escolar em tal missão, ressaltando a importância de estudos futuros para essa finalidade. Por fim, conclui-se que, no Brasil, ainda não existe um instrumento específico e integrado à gestão escolar para a identificação e notificação de violência contra crianças e adolescentes.

Já Assis (2020) investigou o uso de um sistema informatizado para otimizar as funções da gestão escolar, especialmente na identificação e notificação de casos de violência contra alunos. O estudo revelou uma carência de instrumentos específicos para esse fim, embora existam sistemas como o Sisnov/Sisnan e o Sopia, que não são voltados exclusivamente para a gestão escolar. Em resposta a tal lacuna, foi desenvolvido o IINVICCA, um instrumento integrado ao protótipo GE-Sinvicca, que visa a melhorar a eficiência e o sigilo na notificação de casos de violência.

Os resultados indicaram que o GE-Sinvicca foi bem avaliado por usuários, como advogados, psicólogos e assistentes sociais, considerado adequado para identificar e notificar situações de violência. Durante o teste de usabilidade, os gestores escolares demonstraram satisfação com o sistema, ressaltando sua praticidade e eficiência. No entanto, desafios como a falta de sigilo por parte dos conselheiros tutelares e o medo de represálias na denúncia foram identificados.

O trabalho resultou no pedido de registro do GE-Sinvicca como programa de computador, destacando sua potencial contribuição para a proteção de crianças e adolescentes. Embora a pesquisa tenha avançado na criação de um sistema útil, ainda há espaço para estudos futuros que avaliem sua eficácia em diferentes contextos e abordem questões relacionadas ao sigilo e à comunicação entre escolas e o Conselho Tutelar.

Tavares (2019), em sua dissertação, explorou a representação social do

abuso sexual infantil entre professores do ensino fundamental e como essas representações influenciam suas práticas escolares. Dentre os objetivos da investigação, destacaram-se: principais compreender as percepções dos professores sobre o abuso sexual infantil, analisar o impacto dessas percepções em suas práticas pedagógicas; e identificar a relação entre escola, família, conselho tutelar e outras entidades de apoio no contexto de crianças vítimas de abuso sexual.

O trabalho é dividido em três capítulos: o primeiro realizou uma revisão sistemática da literatura sobre representações sociais e práticas pedagógicas; o segundo examinou o papel do professor diante de casos de abuso sexual e sua participação no sistema de proteção dos direitos das crianças e adolescentes; e o terceiro apresentou um estudo qualitativo e descritivo, baseado em entrevistas semiestruturadas com oito professores de São Luís de Montes Belos (GO), que tiveram alunos vítimas de abuso sexual.

Os resultados indicaram que, apesar de os educadores reconhecerem o problema do abuso sexual infantil, muitos se isentam das responsabilidades diretas de lidar com os casos. Conclui-se, então, a necessidade urgente de formação continuada, a fim de que os docentes possam reavaliar e melhorar suas práticas pedagógicas ao enfrentar situações de abuso sexual.

Platt *et al.* (2018), a seu turno, empreenderam uma pesquisa com o intuito de identificar as características do abuso sexual infantil em Florianópolis/SC, analisando dados de vítimas, agressores e fatores associados, registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação entre 2008 e 2014. Foram examinadas 489 notificações, com predominância de vítimas do sexo feminino. A maioria dos agressores eram homens conhecidos das vítimas, e grande parte dos casos ocorreu em residências.

Mais especificamente, constatou-se que o estupro foi duas vezes mais frequente entre meninas, gerando graves consequências, como infecções sexualmente transmissíveis e gestações, algumas das quais foram legalmente interrompidas. Apesar de ser um estudo inédito na região, os resultados mostraram semelhanças com outras investigações nacionais, sugerindo a viabilidade de ações coordenadas em todo o Brasil, a fim de prevenir o abuso sexual infantil. Assim, chega-se à conclusão de que o tema é de extrema importância na área social, com impacto significativo na vida futura dos envolvidos, especialmente das crianças, o que torna urgente a implementação de ações para controlar esse grave problema de

saúde pública no país.

Lopes *et al.* (2017) tencionaram identificar as principais características do abuso sexual infantil, abordando os sintomas, os grupos mais afetados, as consequências e a relação com a escola e os professores. Os autores salientam que o abuso sexual em crianças é mais comum do que se imagina, porém frequentemente os agressores não são denunciados, visto que, em geral, são membros da família. A pesquisa, que utilizou a metodologia bibliográfica para explorar o tema, revelou que as crianças tendem a relatar a agressão a pessoas fora do núcleo familiar, facilitando o início do tratamento específico e aumentando as chances de recuperação.

Os pesquisadores concluem que o abuso sexual está frequentemente ligado ao fato de os agressores serem membros da família ou pessoas próximas, impedindo denúncias por medo, vergonha, conivência ou ameaças. Além do mais, ele causa consequências psicológicas e físicas devastadoras, que podem acompanhar as vítimas ao longo da vida, levando a traumas profundos. Em alguns casos, elas carregam as lembranças do abuso, e isso pode resultar em comportamentos sexuais inadequados na vida adulta ou até mesmo suicídio.

No trabalho, afirma-se que o professor desempenha papel imprescindível na identificação e denúncia desses abusos, pois é a pessoa em quem as crianças geralmente confiam para revelar o que enfrentam. Ao suspeitar de abuso, é obrigatório que o docente denuncie, permitindo que as autoridades intervenham no sentido de proteger a integridade física e emocional das crianças, punir os agressores e fornecer o apoio necessário para a recuperação física e mental da vítima.

Sell e Ostermann (2015), ao discutirem o tema, destacam como as narrativas de abuso sexual infantil são construídas e moldadas por conselheiros tutelares, evidenciando que elas, muitas vezes, refletem as expectativas do sistema judiciário, e não necessariamente as experiências genuínas das vítimas. As interações entre estas últimas e os conselheiros tendem a seguir roteiros pré-definidos, limitando a expressão dessas pessoas e, por vezes, revitimizando-as ao impor significações que alinham suas histórias com normas sociais e morais, ignorando aspectos complexos e contraditórios de suas experiências.

Jasper *et al.* (2013) enfatizam a importância da escola e dos educadores como agentes na prevenção do abuso e exploração sexual de crianças e

adolescentes, enfatizando a necessidade de capacitação contínua para identificar situações de risco e realizar intervenções pedagógicas eficazes. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), é essencial que os educadores tenham formação específica para lidar com questões de sexualidade e estabeleçam uma relação de confiança com os alunos, abordando os temas de forma direta e esclarecedora.

Para tal, o docente precisa ter uma compreensão profunda da sexualidade e da violência sexual, com vistas a orientar suas ações de prevenção e intervir de maneira adequada nas situações de risco. No estudo, os professores reconheceram a relevância de abordar a violência sexual na escola e adotar uma postura ativa na prevenção e apoio às vítimas. Todavia, ainda persistem preconceitos, como a ideia de que crianças com comportamentos erotizados podem ser culpadas pelo abuso, embora tenha havido uma leve mudança positiva entre os professores capacitados.

Apesar do assessoramento ter sido bem recebido, alguns educadores ainda não adotavam procedimentos adequados diante de casos suspeitos ou confirmados de abuso, o que indica a necessidade de ajustes na intervenção, incluindo o uso de estudos de casos para melhor compreensão. Assim, recomendaram-se a continuidade do acompanhamento individual dos docentes e a inclusão do tema da violência sexual no projeto pedagógico das escolas, como parte de um projeto mais amplo de Educação Sexual, conforme previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e na Proposta Curricular de Santa Catarina.

O estudo de Viodres e Ristum (2008) sugere que práticas interacionais mais sensíveis são necessárias para evitar que as narrativas das vítimas sejam despersonalizadas e garantir que suas vozes sejam genuinamente ouvidas. Além disso, aponta-se a necessidade de revisar os modelos de narrativa validados pelo sistema judiciário, que frequentemente priorizam características físicas de violência e padrões específicos de comportamento da vítima, como sofrimento e depressão, o que pode excluir experiências que não correspondem a essas expectativas.

A pesquisa ressaltou a importância de uma abordagem interdisciplinar no tratamento do abuso sexual infantil, sugerindo que estudos focados na fala em interação podem informar políticas e práticas que melhor atendam às necessidades das vítimas, respeitando suas experiências individuais e oferecendo um suporte mais humanizado.

Vale ressaltar que foram investigados casos de violência sexual contra

crianças e adolescentes, com ênfase nos casos identificados ou revelados no ambiente escolar. Assim, exploraram-se o perfil das vítimas e agressores, as formas de violência e as circunstâncias e responsáveis pela revelação dos casos. Utilizando uma amostra de 2.522 protocolos de atendimento de um programa estadual de denúncia e assistência a vítimas de violência sexual em Salvador (BA) , os pesquisadores identificaram 22 casos relevantes, após exclusões por dados insuficientes.

A metodologia envolveu a leitura integral dos protocolos, a seleção dos casos relacionados ao contexto escolar e a transcrição dos dados em formulários específicos. Os resultados mostraram que a maioria das vítimas era do sexo feminino e tinha até 12 anos de idade. A professora foi a principal responsável pela identificação dos casos, que, em sua maioria, foram revelados por meio de relatos verbais das vítimas. O estudo destacou a importância do ambiente escolar na detecção e intervenção em casos de violência sexual infantil.

Habigzang *et al.* (2005) analisaram processos jurídicos do Ministério Público Estadual para compreender a dinâmica da violência sexual contra crianças e adolescentes, revelando padrões e fatores de risco no contexto familiar. Os resultados mostraram que as meninas são mais frequentemente vítimas, especialmente na faixa etária de 5 a 10 anos, e a revelação do abuso geralmente só ocorre na adolescência. A violência sexual foi muitas vezes mantida em segredo por anos, já que os agressores, em sua maioria homens, eram pessoas de confiança no ambiente doméstico.

A pesquisa destacou que o ambiente familiar é o principal local de vitimização, com fatores de risco comuns, como a presença de padrastos, abuso de substâncias, desemprego e outras formas de violência. As mães, embora muitas vezes sejam as principais denunciantes, enfrentam dificuldades devido à exigência de provas materiais para comprovar o abuso, o que muitas vezes resulta em dupla vitimização para as crianças. Assim, concluiu-se que há uma necessidade urgente de capacitação profissional para melhorar a identificação e o diagnóstico de casos de abuso sexual, bem como para implementar intervenções preventivas e terapêuticas eficazes para as vítimas e suas famílias.

Brino e Williams (2003), em seu estudo, buscaram caracterizar o conhecimento dos professores de escolas municipais de educação infantil em uma cidade de médio porte em São Paulo sobre o abuso sexual infantil, abordando três

aspectos principais: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), relacionado à violência doméstica, os sintomas de abuso sexual e os procedimentos adotados diante desses casos. A pesquisa destacou a falta de dados abrangentes sobre a incidência de abuso sexual no Brasil, com muitos casos permanecendo não revelados devido ao medo e à vergonha, especialmente quando o agressor é um familiar próximo. A escola, portanto, é vista como local essencial para a detecção e intervenção nesses casos, porém a identificação do abuso sexual é difícil, pois geralmente não deixa marcas físicas visíveis.

Ademais, enfatizou-se a necessidade urgente de capacitar professores para identificar o abuso sexual infantil e lidar com ele, já que desempenham papel vital na proteção das crianças. Do mesmo modo, sugere-se que, antes de desenvolver programas de capacitação, é necessário entender o nível de conhecimento atual dos docentes sobre o tema, incluindo a legislação e os direitos das crianças. Educadores treinados poderiam identificar os sintomas mais precocemente, permitindo intervenções mais eficazes e atenuando as consequências do abuso. A análise dos resultados revelou importantes aspectos sobre o conhecimento das educadoras em relação ao abuso sexual infantil. Observou-se que perguntas mais específicas geraram respostas mais claras, enquanto perguntas mais gerais resultaram em respostas vagas.

Desse modo, as entrevistadas demonstraram acesso limitado a fontes adequadas de informação, como livros e cursos, evidenciando uma lacuna em sua formação sobre o tema. A falta de informações sobre a procedência das vítimas reforça o tabu em torno do abuso sexual, mesmo com o alto número de professoras que já lidaram com casos em suas turmas. Embora a maioria das educadoras saiba que seu dever, segundo o ECA, é denunciar casos de abuso sexual, poucas afirmaram que fariam isso na prática, o que pode ser atribuído a desconhecimento da legislação, medo de represálias ou crenças inadequadas sobre o papel do professor.

No trabalho, apontou-se também a necessidade de mais estudos sobre o uso da legislação por profissionais que trabalham com crianças e como garantir que os educadores adotem as medidas necessárias de forma eficaz. A baixa adesão à pesquisa, com apenas 41,6% de participação, pode refletir o desconforto em relação ao tema, sugerindo que investigações futuras devem ampliar a amostra. Assim, o trabalho figura como ponto de partida para a criação de programas de capacitação

de professores a fim de lidar com o abuso sexual infantil.

Amaral e Bolonhezi (s.d.) defendem que a escola deve ser um local privilegiado de proteção para crianças e adolescentes, proporcionando segurança, apoio e transformação, além de atuar como mediadora entre o lar e a sociedade. Essa proteção é garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e outras legislações, mas sua efetivação depende de ações conscientes de toda a comunidade escolar. Professores e gestores, com conhecimento e empatia, devem estar atentos aos sinais de ameaça para proteger os estudantes. Logo, as escolas, em parceria com os conselhos tutelares, os conselhos de direitos, as instituições de saúde, a assistência social e as organizações não governamentais, formam uma rede de proteção.

O objetivo dessa rede é garantir a proteção de todos os direitos universais das crianças e adolescentes, especialmente daqueles cujos direitos foram ameaçados ou violados. Suas ações incluem encaminhamentos apropriados, discutidos entre profissionais de diferentes áreas, promovendo uma abordagem intersetorial com vistas a assegurar a proteção igualitária e democrática dos direitos do público em questão.

## 2.1 Algumas Considerações

Após a leitura dos trabalhos que sintetizam as contribuições de diversos pesquisadores sobre o abuso sexual infantil e sua revelação no contexto escolar, destacando-se a relevância da formação e atuação dos docentes, vale esclarecer que o objetivo dessa busca foi mapear os estudos existentes e analisar os aspectos e contribuições para a presente pesquisa. De forma geral, os achados indicam que os educadores enfrentam diversas dificuldades ao abordar o tema em sala de aula, e as dificuldades estão frequentemente relacionadas à formação insuficiente ou descontextualizada em relação às práticas pedagógicas necessárias, especialmente no momento da revelação da violência sofrida.

Quadro 2 - Abordagens teóricas, práticas educacionais e manejo do tema

Autor	Principais atores do processo	Revelação	Impactos na formação e atuação dos professores
Pinheiro.	Escolas, professores, crianças, família, justiça	Os professores precisam ser treinados para identificar sinais de abuso. Além disso, é preciso adotar métodos adequados de intervenção e apoiar as vítimas de maneira sensível.	É fundamental a capacitação contínua de profissionais que atuam com crianças, como professores. A formação deve incluir a conscientização dos impactos da violência e o desenvolvimento de habilidades práticas para lidar com as crianças, respeitando seus direitos e dignidade. Ademais, parcerias entre setores como educação, saúde e justiça são recomendadas para criar uma rede de proteção mais eficaz.
Habigzang; Ramos; Koller	Crianças, educadores, assistentes sociais, juristas, família,	As crianças mais novas levaram um período maior para revelar a violência. O gênero da vítima não apresentou relação com o tempo para a revelação da situação abusiva. No entanto, as crianças vítimas de violência intrafamiliar levaram um período maior para contar sobre o abuso quando comparadas com as crianças vítimas de violência extrafamiliar.	A falta de capacitação para identificar os casos de abuso sexual e a falta de conhecimento das leis de proteção à criança e ao adolescente são fatores que contribuem para a potencializar os riscos do abuso sexual para a vítima e sua família. Outro fator que contribui para a ineficácia do sistema de proteção é a ausência de comunicação e planejamento coordenado de diferentes serviços que compõem a rede. Dessa forma, profissionais necessitam de capacitação contínua e avaliação dos programas de capacitação utilizados, a fim de identificar possíveis falhas e estratégias bem-sucedidas de intervenção.
Oliveira; Silva; Oliveira.	Professores, alunos	As vítimas buscavam suporte nos docentes, que, a seu turno, também necessitavam de orientações para dar assistência aos alunos, devido à complexidade do fenômeno e a falta de experiência e formação acadêmica no sentido de receber, orientar e encaminhar tais ocorrências aos órgãos competentes.	O desenvolvimento profissional é fundamental, como eixo da formação docente. É preciso elaborar um projeto de intervenção para auxiliar tanto os professores diante dos possíveis casos de abuso sexual, quanto a criação de um ambiente adequado e consciente para acolher as vítimas

Autor	Principais atores do processo	Revelação	Impactos na formação e atuação dos professores
Corsini; Souza; Almeida.	Professores, alunos	Identificaram-se casos de abuso sexual a partir de sinais apresentados no ambiente escolar.	Contribuição para a formação social e acadêmica da licenciatura
Baía; Xavier; Habigzangc; Dell'Aglio; Magalhães.	Professores, crianças	Revelação intencional: revelação verbal espontânea e não ambígua emitida pela própria vítima; Revelação indireta: revelação espontânea, feita por meio de declarações ambíguas por parte da vítima. Ainda que não se constitua uma declaração explícita, pode alertar os outros acerca do abuso. É possível também que alguns comentários eliciem questionamentos por parte do ouvinte, levando a vítima a revelá-lo.	A revelação do abuso sexual pela própria vítima ou a descoberta dele por outras pessoas se configura, em muitos casos, como evidência primordial para promover a prevenção primária, ao diminuir as possibilidades de que outras crianças e adolescentes sejam violentadas pelo(a) mesmo(a) agressor(a). Ademais, impede-se a revitimização (Kogan, 2004) e minimizam-se sequelas psicológicas e físicas, por meio do acesso das vítimas aos serviços médicos, psicológicos e outras intervenções protetivas
Brino; Williams.	Professores, educadores, crianças	O envolvimento de educadores como agentes de prevenção parece ser outro aspecto importante, devido às dificuldades da criança em revelar a ocorrência do abuso sexual para os membros da família e considerando-se que a maioria dos casos de abuso sexual infantil é intrafamiliar	Em virtude da acessibilidade dos professores às crianças — por serem melhores instrutores do que outros profissionais que lidam com elas — e pelo fato de permanecerem pelo menos um ano com a mesma criança, podem ser capacitados a ser identificar os sinais e lançar mão de estratégias de intervenção com crianças vítimas de abuso (Kleemeier; Webb; Hazzard, 1988). Ademais, o professor permanece atuando com crianças após a capacitação, mesmo que, a cada ano, dê aulas a novas crianças, o que garante uma continuidade ao trabalho.
Araújo.	Professores, crianças	Ambiente escolar	As análises realizadas sugerem que poucas ações são realizadas em prol da formação e/ou capacitação dos profissionais de educação voltadas para a atuação diante da revelação de violência sexual.
Viodres; Ristum.	Professores, crianças, adolescentes	Ambiente escolar	Para que a escola possa garantir a qualidade de vida de sua clientela e promover a cidadania, deve conhecer o universo de informações sobre o tema, a legislação e os direitos da criança, a fim de criar um programa de capacitação aos profissionais. Trata-se do reconhecimento do papel fundamental da escola, que pode oferecer outros modelos de solução e enfrentamento do problema, promovendo grupos de discussão sobre o ECA, desmistificando crenças acerca de práticas educativas prejudiciais, violentas e abusivas, e promovendo oportunidades que desenvolvam o relacionamento com o grupo e com as diferenças.

Fonte: Elaboração própria.

O exame dos estudos revela que o combate ao abuso sexual de crianças no ambiente escolar é uma questão multidisciplinar. Esse combate exige a formação adequada dos professores, a conexão das escolas com os sistemas de proteção e a

criação de políticas públicas eficientes. A importância do assunto é clara na concordância dos autores sobre tópicos como a carência de formação contínua, a necessidade de ferramentas de apoio para a administração escolar e o papel crucial das instituições educacionais na prevenção e intervenção. Para facilitar a compreensão e a organização dos principais tópicos abordados nas pesquisas analisadas, é apresentado a seguir um quadro resumo com os autores e seus respectivos temas.

Quadro 3 - Agrupamento dos grandes temas e especificidades temáticas por autores

<b>Agrupamento dos grandes temas</b>	<b>Autores</b>	<b>Temas Principais</b>
Foco em Capacitação Docente	Oliveira <i>et al.</i> (2022)	Capacitação docente e acolhimento de vítimas no retorno às aulas presenciais.
	Duarte <i>et al.</i> (2022)	Influência de crenças pessoais e tabus na identificação de casos de abuso sexual por professores.
	Brino e Williams (2008)	Falta de programas nacionais de prevenção e necessidade de adaptação de modelos internacionais.
	Lopes <i>et al.</i> (2018)	Capacitação de professores para identificar e denunciar abusos, enfrentando dificuldades relacionadas a medo e vergonha.
Papel Estratégico da Escola	Corsini <i>et al.</i> (2017)	Curso de extensão para licenciados sobre violência sexual e o papel da escola na prevenção e intervenção.
	Araújo (2019)	Práticas de escuta, acolhimento e notificação de casos de violência sexual no ambiente escolar.
	Viodres e Ristum (2008)	Papel estratégico da escola na detecção e intervenção de casos de abuso sexual infantil.
	Borges <i>et al.</i> (2021)	Integração da gestão escolar com a rede de proteção e carência de instrumentos tecnológicos de apoio.
Desafios na Identificação e Notificação	Assis (2020)	Desenvolvimento do sistema informatizado GE-Sinvicca para notificação de casos com maior sigilo.
	Tavares (2019)	Importância da formação continuada para superar a lacuna na abordagem de casos de abuso sexual infantil
	Dias Baía <i>et al.</i> (2013)	Etapas de revelação, negação e retratação em casos de abuso sexual infantil.
	Platt <i>et al.</i> (2018)	Necessidade de ações coordenadas para prevenir o abuso sexual infantil.

Fonte: Elaboração própria.

### 2.1.1 Capacitação Docente e Papel Estratégico da Escola

Os estudos analisados destacam a escola como um espaço privilegiado para a identificação e enfrentamento de casos de abuso sexual infantil. A proximidade dos professores com os alunos, o ambiente de confiança e a frequência do contato posicionam a escola como parte fundamental da rede de proteção (Corsini *et al.*, 2017; Araújo, 2019). No entanto, a falta de capacitação adequada é uma barreira significativa. Professores frequentemente se veem despreparados para lidar com a

complexidade de casos de abuso, especialmente quando envolvem violência intrafamiliar ou requerem notificações formais às autoridades competentes (Brino *et al.*, 2003; Oliveira *et al.*, 2022).

Duarte *et al.* (2022) destacam que crenças pessoais e tabus em torno da sexualidade influenciam negativamente a capacidade dos professores de agir adequadamente em casos de violência sexual. Já Lopes *et al.* (2018) enfatizam que o medo, a vergonha e a falta de apoio institucional agravam a dificuldade de denúncia, especialmente em contextos de violência intrafamiliar. Essas limitações reforçam a urgência de programas de formação continuada que capacitem os educadores a agir de forma proativa, ética e sensível.

Além disso, autores como Viodres e Ristum (2008) argumentam que a escola não deve apenas reagir a casos de violência, mas também desempenhar um papel ativo na prevenção. Isso inclui a promoção de atividades educativas que abordem o respeito, os direitos das crianças e o reconhecimento de situações de risco. A inclusão desses temas no currículo escolar fortalece a formação cidadã e crítica, preparando os estudantes para identificar e enfrentar situações de violência.

### 2.1.2 Dificuldades e Propostas de Solução

As dificuldades enfrentadas pelos professores para lidar com casos de abuso sexual infantil incluem desde a falta de instrumentos para identificação e notificação até o medo de represálias por parte dos agressores ou das famílias (Assis, 2020; Borges *et al.*, 2021). A ausência de mecanismos claros e seguros de denúncia agrava esse cenário, contribuindo para a perpetuação do problema. Segundo Tavares (2019), a lacuna na formação continuada impede os professores de desenvolverem competências pedagógicas e emocionais necessárias para atuar nesses casos.

Diante desses desafios, propostas de solução incluem:

1. Desenvolvimento de ferramentas tecnológicas específicas: Assis (2020) sugere a implementação do GE-Sinvicca, um sistema informatizado que permite a notificação de casos com maior sigilo e eficiência.
2. Formação continuada com abordagem crítica: Tavares (2019) defende programas de capacitação que ajudem os professores a compreenderem

suas responsabilidades e enfrentarem os tabus relacionados à temática do abuso sexual.

3. Integração da escola à rede de proteção: Borges *et al.* (2021) ressaltam a importância de uma gestão escolar democrática que conecte a instituição de ensino a conselhos tutelares, CREAS e outras organizações, promovendo uma atuação articulada no combate à violência.

### 2.1.3 Prevenção e Promoção de um Ambiente Seguro

A prevenção é um eixo central nas estratégias propostas para combater o abuso sexual infantil. Programas de intervenção, como os descritos por Corsini *et al.* (2017), enfatizam a necessidade de sensibilizar futuros professores sobre a gravidade do problema e a importância de reconhecer sinais de abuso. Além disso, iniciativas como o Guia Escolar, criado pelo Governo Federal em 2004, mostram-se insuficientes devido à falta de programas de capacitação que incentivem seu uso (Brino e Williams, 2008).

Platt *et al.* (2018) e Lopes *et al.* (2018) reforçam que a prevenção deve ser pensada em múltiplos níveis, incluindo ações educacionais que capacitem os professores a identificar abusos e intervenções políticas que garantam recursos e suporte institucional. As escolas precisam atuar como espaços de acolhimento e segurança, promovendo atividades que fortaleçam os fatores de proteção e empoderem as crianças a denunciarem situações de abuso.

### 2.1.4 Integração com a Rede de Proteção e Papel do Estado

Os estudos convergem na necessidade de fortalecer a integração entre escolas e outros atores da rede de proteção, como conselhos tutelares, CREAS e NPCA. Segundo Costa *et al.* (2021), práticas burocráticas excessivas comprometem a eficácia do atendimento às vítimas, criando lacunas entre a denúncia e a assistência oferecida. Soluções incluem a desburocratização dos processos e a capacitação dos profissionais envolvidos para atuar com maior sensibilidade.

Além disso, Borges *et al.* (2021) destacam a importância de desenvolver instrumentos informatizados para apoiar a gestão escolar na identificação e notificação de casos. A criação de uma cultura de colaboração entre escolas,

famílias e instituições de proteção é essencial para enfrentar o problema de forma eficaz.

A análise dos estudos aponta para a urgência de:

1. Formação inicial e continuada: Os currículos de licenciatura devem incluir módulos obrigatórios sobre prevenção e enfrentamento ao abuso sexual infantil, enquanto programas de formação continuada precisam abordar aspectos práticos e emocionais da temática.
2. Políticas públicas integradas: É necessário que o Estado promova ações coordenadas, envolvendo escolas, redes de proteção e organizações comunitárias, como sugerem Borges *et al.* (2021) e Costa *et al.* (2021).
3. Desenvolvimento de materiais pedagógicos: Guias e recursos devem ser adaptados às realidades locais, como propõem Brino *et al.* (2003), para facilitar a abordagem do tema nas escolas.
4. Monitoramento e avaliação contínua: Programas e políticas devem ser avaliados periodicamente para identificar lacunas e ajustar estratégias.

A escola desempenha um papel fundamental na identificação e prevenção do abuso sexual infantil, mas enfrenta desafios relacionados à falta de formação adequada, instrumentos de apoio e articulação com a rede de proteção. Estudos como os de Araújo (2019), Duarte *et al.* (2022) e Oliveira *et al.* (2022) reforçam que o combate ao abuso sexual exige um esforço coletivo que inclua professores, gestores, famílias e órgãos públicos.

O fortalecimento da formação docente e a promoção de uma cultura escolar baseada na proteção e acolhimento são passos essenciais para transformar a escola em um espaço verdadeiramente seguro para crianças e adolescentes. As propostas discutidas neste texto oferecem caminhos concretos para enfrentar o problema de forma eficaz, destacando a importância de ações integradas e sensíveis às necessidades das vítimas e dos educadores.

## **2.2 Revelação do Abuso Infantil**

A literatura oferece diferentes classificações para os padrões pelos quais o abuso sexual pode vir à tona, seja pela revelação direta da vítima ou pela descoberta por outras pessoas (Sauzier, 1989; Sorensen; Snow, 1991; Bybee; Mowbray, 1993; Furniss, 1993; Kelley; Brant; Waterman, 1993; Paine; Hansen,

2002).

No processo de revelação, três componentes principais são identificados: i) o "discloser", que é a pessoa que relata o abuso sexual que sofreu, fornecendo detalhes sobre sua experiência; ii) o "mensageiro" ou "informante", que é a pessoa que transmite as informações sobre o abuso a outros, como familiares ou autoridades e; iii) o "receiver" (receptor), que é a pessoa que recebe essas informações, podendo ou não ser diretamente informada pela vítima (Lindblad, 2007).

Em um estudo realizado por Collings, Griffiths e Kumalo (2005), foram investigados os padrões de revelação do abuso sexual em diferentes contextos e como esses padrões se relacionam com outros fatores associados ao abuso. O estudo analisou 1.737 prontuários de abuso sexual em Durban, na África do Sul, e identificou quatro categorias principais: i) Revelação intencional, caracterizada por uma declaração verbal clara e espontânea da vítima; ii) Revelação indireta, em que a vítima faz comentários ambíguos que podem alertar os outros sobre o abuso; iii) Detecção por testemunha, onde uma terceira parte testemunha o abuso e o denuncia e; iv) Detecção acidental, onde o abuso é descoberto através de sinais físicos ou mudanças comportamentais observados por terceiros.

No que diz respeito à prevalência desses padrões, alguns estudos indicam que a revelação intencional é a mais comum (Sauzier, 1989), enquanto outros apontam para uma menor frequência desse tipo de revelação (Berliner; Conte, 1995; Collings *et al.*, 2005).

A literatura tem mostrado uma correlação consistente entre esses padrões de revelação e variáveis relacionadas às vítimas, como idade e sexo, bem como aos agressores, à dinâmica do abuso e aos relacionamentos envolvidos. Por exemplo, Collings *et al.* (2005) observaram que a revelação intencional é mais comum em vítimas mais velhas e em casos onde o agressor não é um membro da família. Além disso, essa forma de revelação ocorre com mais frequência em casos de abusos repetidos.

Outros estudos, como o de Campis, Hebden-Curtis e DeMaso (1993), revelam que crianças em idade pré-escolar tendem a revelar o abuso de maneira acidental, enquanto crianças em idade escolar frequentemente fazem revelações intencionais. London, Bruck, Wright e Ceci (2008) sugerem a existência de um padrão de revelação em forma de U invertido, onde as taxas de revelação aumentam na

infância e diminuem na adolescência.

Quanto ao gênero das vítimas, estudos não encontraram resultados consistentes sobre as diferenças nos padrões de revelação entre meninos e meninas (Sauzier, 1989; Bybee; Mowbray, 1993; DiPietro; Runyan; Fredrickson, 1997). No entanto, alguns indicam que meninos são menos propensos a revelar o abuso (Keary; Fitzpatrick, 1994; Lamb; Edgar-Smith, 1994; Gries; Goh; Cavanaugh, 1996). Em entrevistas forenses, observou-se que meninas tendem a revelar o abuso com mais frequência do que meninos (Lippert *et al.*, 2009). A relutância dos meninos em revelar o abuso pode estar ligada às normas de gênero, que associam a masculinidade à força e à ausência de necessidade de proteção, desvalorizando qualquer demonstração de fraqueza.

A familiaridade com o agressor também influencia o processo de revelação, especialmente em casos de abuso intrafamiliar, onde o medo de punições ou conflitos familiares pode atrasar a revelação (Goodman-Brown, 2003). Além disso, quando o agressor é um membro da família, é menos provável que a revelação ocorra de forma explícita ou que o abuso seja testemunhado por terceiros.

A relação entre a vítima e o receptor da revelação é essencial para a interpretação e para a adoção de medidas de proteção (Lindblad, 2007). Estudos mostram que as vítimas, especialmente as mais jovens, frequentemente revelam o abuso primeiro a um irmão ou amigo, antes de contar aos pais ou a outros adultos (Hershkowitz; Lanes; Lamb, 2007). Pesquisas realizadas no Brasil também indicam que pais, outros familiares e amigos são os receptores mais comuns dessas revelações (Habigzang; Ramos; Koller, 2011).

Em resumo, a revelação do abuso sexual é um processo complexo, influenciado por fatores intrapessoais, como idade e gênero, e interpessoais, como a relação da vítima com o agressor e com o receptor da revelação. As categorias de revelação propostas por Collings *et al.* (2005) são úteis para entender como o abuso é identificado e denunciado. No entanto, no Brasil, ainda são necessários mais estudos para caracterizar esses padrões e suas correlações com fatores sociodemográficos e culturais.

### **2.3 Teorias do Desenvolvimento Infantil: Psicológicas e Sociológicas**

A compreensão das teorias do desenvolvimento infantil emerge como um pilar

ao abordar a problemática abuso sexual de alunos do ensino fundamental. A exploração dessas teorias, especialmente a das representações sociais, permite lançar luz sobre as intrincadas dinâmicas que moldam o crescimento e a resposta das crianças a experiências traumáticas, revelando-se, assim, uma ferramenta essencial na análise crítica deste fenômeno sensível (Padilha; Gomide, 2004).

Essas teorias permitem uma análise das vulnerabilidades específicas que as crianças enfrentam e também se mostram como importantes instrumentais para compreender as experiências traumáticas, como o abuso sexual. Quando aplicada ao contexto do abuso sexual, essas teorias fornecem *insights* sobre como essas experiências podem afetar as relações futuras das crianças (Florentino, 2015).

Ao investigar as teorias do desenvolvimento infantil no contexto do ensino fundamental, torna-se evidente que a escola e os professores desempenham um papel significativo na promoção de um ambiente seguro e facilitador do crescimento saudável. Entender essas teorias que destacam a importância das relações interpessoais e do ambiente escolar na formação da criança oferece um guia valioso para a implementação de práticas que minimizem vulnerabilidades e maximizem o desenvolvimento positivo, conforme afirmam Baia *et al.* (2021).

Entre essas teorias, destaque para a Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Moscovici (1978), que oferece um arcabouço valioso para entender as percepções e construções cognitivas de crianças do ensino fundamental que são vítimas de abuso sexual. Daí a influência do abuso sexual na formação das representações sociais das crianças, ressaltando-se como essas experiências traumáticas afetam sua percepção de si mesmas e do mundo ao seu redor.

Além disso, Bandura (1979), analisando a Teoria Social Cognitiva, enfatiza o papel das interações sociais na formação das representações sociais das vítimas de abuso. O autor discute como as reações da comunidade escolar ao abuso podem impactar a maneira como as crianças interpretam e respondem à sua experiência traumática.

Tavares (2019) ressalta a importância de programas educacionais que promovam a conscientização sobre abuso sexual desde cedo. A autora argumenta que esses programas podem desafiar representações sociais negativas sobre o abuso e capacitar as crianças a reconhecerem sinais de perigo e a procurarem ajuda.

Dessa forma, ao empregar a Teoria das Representações Sociais no contexto

de estudantes do ensino fundamental, vítimas de abuso sexual, destaca-se a urgência de estabelecer um ambiente escolar solidário e educativo. É fundamental que nesse ambiente as vozes das vítimas sejam acolhidas, respeitadas e respaldadas em seu processo de recuperação e reconstrução das suas representações sociais (Tavares, 2019).

Essas teorias proporcionam uma lente teórica relevante, permitindo uma compreensão das vulnerabilidades específicas e do impacto das experiências traumáticas. Ao considerar essas teorias, mais especificamente a das representações sociais, no contexto educacional, o permitem ao pesquisador fundamentar teoricamente, conteúdos voltados para a formação de professores para lidarem com a tema em pauta, bem como, para a formulação de estratégias preventivas e intervencionais frente ao abuso sexual infantil.

#### **2.4 Escuta Protetiva em Casos de Revelação de Abuso Sexual no Contexto Educacional**

A escuta protetiva em situações de revelação de abuso sexual é um tema de grande relevância no campo educacional, especialmente considerando o papel central que os educadores desempenham na proteção e apoio a crianças e adolescentes. O ambiente escolar, muitas vezes, é o espaço onde as primeiras revelações de violência emergem, exigindo uma abordagem cuidadosa e informada por parte dos profissionais (Lindblad, 2007).

A escuta protetiva refere-se a um conjunto de práticas especializadas e sensíveis voltadas para acolher e responder às revelações de abuso sexual, sobretudo quando feitas por crianças ou adolescentes. O objetivo desse procedimento é minimizar o risco de revitimização, evitando que o processo de revelação e investigação cause traumas adicionais à vítima (Childs e Walsh 2017).

De acordo com as orientações do 'Manual Proteger para Educar' disponibilizadas no Portal do Professor (Brasil, 2007), no ambiente escolar, a escuta protetiva se revela fundamental por várias razões, pois os educadores estão em uma posição favorável para observar mudanças comportamentais e outros sinais que possam indicar que uma criança está sendo vítima de abuso sexual. Além disso, a maneira como o educador reage a uma revelação pode determinar o curso da situação. Uma abordagem correta pode incentivar a vítima a buscar ajuda, enquanto

uma resposta inadequada pode agravar o sofrimento da criança.

No contexto educacional, a escuta protetiva é essencial para: i) identificação precoce do abuso, que pode ser facilitada pela proximidade cotidiana que os professores mantêm com os alunos; ii) construção de um ambiente de confiança, em que a criança ou adolescente se sinta seguro para falar sobre o que está acontecendo e; iii) prevenção de novos traumas, uma vez que uma abordagem inadequada à revelação pode aprofundar os danos psicológicos sofridos pela vítima (Brasil, 2007).

A prática da escuta protetiva, portanto, é uma habilidade desejável para os professores, consolidada numa necessidade elementar para garantir a proteção integral da criança no ambiente escolar. Para ser efetiva, essa prática deve se basear em princípios fundamentais que orientam a maneira de acolher a vítima, ouvir o que ela tem a dizer e agir de forma responsável a partir da revelação (Brito, 2011; Borges *et al.*, 2021).

De acordo com Habigzang, Ramos e Koller (2011) um princípio essencial é manter a calma e reagir de forma controlada e empática. As crianças precisam de respostas que demonstrem que suas revelações são levadas a sério, sem demonstrações de choque ou descrença por parte do ouvinte. Da mesma forma, é fundamental que o professor acredite na palavra da criança, transmitindo segurança e evitando julgamentos. Além disso, é importante não pressionar a vítima a fornecer mais informações do que ela está disposta a compartilhar naquele momento. Permitir que a criança fale em seu próprio ritmo é fundamental para evitar que ela reviva o trauma de maneira intensiva. É necessário garantir a confidencialidade, explicando à criança que a situação será encaminhada para as autoridades competentes, mas que ela não será exposta de maneira imprudente.

Apesar da importância da escuta protetiva, sua implementação no ambiente escolar enfrenta vários desafios. Entre os principais obstáculos estão a falta de capacitação dos educadores, que muitas vezes não recebem o treinamento adequado para lidar com casos de abuso sexual. A ausência de preparo pode gerar insegurança e desconforto ao abordar um tema tão delicado.

Além disso, existem limitações institucionais em muitas escolas, como a falta de protocolos claros para lidar com revelações de abuso. Em alguns casos, educadores podem enfrentar dilemas éticos sobre como e quando intervir, temendo represálias ou dificuldades na gestão dessas situações (Piva *et al.* 2013).

Outro desafio significativo é o próprio impacto emocional que a escuta de revelações de abuso pode ter nos educadores. A exposição a essas situações pode gerar sentimento de impotência e frustração, especialmente quando os profissionais percebem que não dispõem de todos os recursos necessários para oferecer uma ajuda adequada (Brito, 2011).

Diante desses desafios, é necessário que as escolas adotem estratégias para melhorar a prática da escuta protetiva. Uma das principais medidas é a formação continuada dos professores, que deve incluir treinamentos regulares sobre como lidar com revelações de abuso e como identificar sinais de violência sexual.

Além disso, é necessário desenvolver protocolos institucionais que estabeleçam diretrizes claras sobre os procedimentos a serem adotados quando uma criança revela que está sendo vítima de abuso. Esses protocolos devem garantir a proteção imediata da vítima e o encaminhamento adequado para os serviços de apoio e proteção. (Vitória da Conquista; Childhood Brasil; 2023)

Outro aspecto relevante é a criação de parcerias intersetoriais, integrando a escola com serviços de saúde, assistência social e órgãos de proteção à criança. Essa colaboração facilita o encaminhamento dos casos e assegura um acompanhamento integral das vítimas.

As escolas devem promover uma cultura de proteção, na qual a segurança e o bem-estar dos alunos sejam prioridades inquestionáveis. Isso pode ser feito através de ações preventivas, como campanhas de conscientização, além da criação de um ambiente acolhedor para todas as crianças e adolescentes.

A escuta protetiva em casos de revelação de abuso sexual é uma prática essencial para educadores e uma ferramenta fundamental na construção de um ambiente escolar seguro e acolhedor. Ao adotar estratégias eficazes de escuta protetiva, as instituições de ensino não apenas cumprem sua responsabilidade legal e ética, mas também contribuem para a criação de uma sociedade mais consciente e ativa na prevenção e combate ao abuso sexual infantil (Faraj; Siqueira; Arpini, 2016).

Avançar nessa área exige um compromisso contínuo com a formação de educadores e a implementação de protocolos institucionais sólidos, além de mais pesquisas que explorem novas formas de treinamento e o impacto dessas práticas no longo prazo.

## 2.5 Reconhecimento da problemática no contexto escolar

Em relação ao abuso sexual, análise das principais teorias, conceitos e pesquisas sobre a literatura acadêmico-científica é fundamental para compreender a complexidade desse fenômeno. Este estudo fundamenta-se nas contribuições de pesquisadores como Amazarray e Koller (1998), Silveira (2017), Tavares (2019), Mendes, Moura e Aragão (2020), Assis (2020) e Oliveira, Furtado e Barreto (2022), destacando a importância de uma abordagem reflexiva e aprofundada para elucidar as nuances e desafios presentes nesta literatura.

Trata-se uma realidade alarmante que demanda atenção especial no âmbito educacional, pois é uma questão complexa e delicada que afeta profundamente o ambiente escolar e o desenvolvimento dos indivíduos envolvidos. A compreensão e as ações direcionadas para lidar com essa problemática muitas vezes carecem de uma abordagem adequada por parte dos educadores (Mendes; Moura; Aragão, 2020).

É essencial enfatizar a importância da participação da escola nas estratégias para enfrentar a violência tanto dentro quanto fora de casa. A escola se destaca como um espaço apropriado para formação, socialização e integração, sendo fundamental na prevenção e intervenção em âmbitos sociais e interpessoais, dadas as variadas manifestações desse problema (Almeida *et al.*, 2006).

Em relação aos profissionais que atuam no âmbito da infância e adolescência, a pesquisa de Duarte *et al.* (2022) demonstra que os mesmos devem estar prontos para lidarem com situações de violência sexual. É imprescindível que educadores sejam capacitados para identificar os sinais de abuso e saibam como agir para quebrar os pactos de silêncio frequentemente presentes nessas situações delicadas.

O reconhecimento desses casos, no contexto escolar, promove a conscientização e suscita indagações pertinentes acerca da verdadeira natureza do papel desempenhado pela educação escolar, proporcionando uma reflexão sobre seus objetivos fundamentais (Oliveira; Furtado; Barreto, 2022).

O esforço para a erradicação da violência sexual contra crianças requer uma abordagem multidisciplinar que identifique os casos e promova o conhecimento dos direitos das crianças. Nesse sentido, uma colaboração interdisciplinar é essencial, envolvendo diversos profissionais como educadores, psicólogos, médicos, assistentes sociais e pedagogos, todos engajados na proteção e defesa dos direitos

da criança e na vigilância contra violações desses direitos (Assis, 2020).

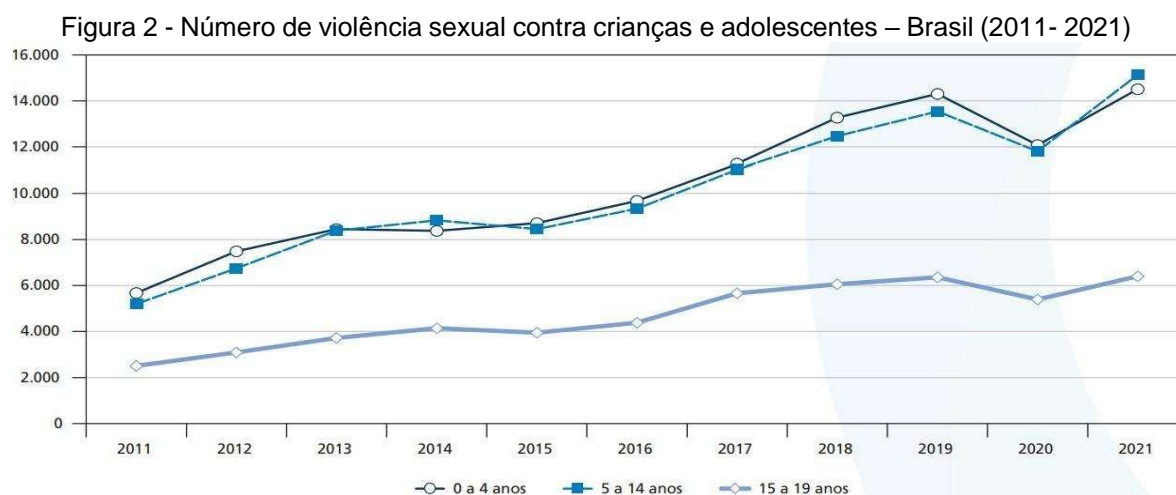
Fundamentado na premissa de que todo avanço científico é construído sobre os alicerces do conhecimento anterior, essa revisão da literatura desempenha um papel fundamental nesta dissertação, proporcionando uma base teórica para sustentar a investigação empreendida.

## 2.6 Marcos Legais e Políticas Públicas

A escola possui compromissos legais repartidos com o Poder Público e a comunidade para garantir a proteção integral de seus educandos (Brasil, 1990). Essa instituição é considerada um espaço privilegiado para interromper o ciclo de violência, construindo laços de afeto e confiança entre educadores e educandos. No entanto, por vezes, depara-se com profissionais despreparados que optam por omissão diante de sinais de abuso (Oliveira; Furtado; Barreto, 2022).

O despreparo dos professores diante do aumento do abuso sexual infantil demanda compreensão e investimento na rede de atendimento, com foco no papel da escola, ambiente em que a criança passa a maior parte de seu tempo.

De acordo com o Atlas da Violência, publicado por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e, conforme sugere o gráfico da figura 1, identificou um aumento expressivo no último decênio dos casos de violência sexual, “a grande maioria dos jovens violentados foram as crianças pequenas (0 a 4 anos) e as crianças de 5 a 14 anos, com proporções de 41,3% e 39,9%, respectivamente” (Cerqueira; Bueno, 2023, p. 33).



Fonte: Atlas da Violência (Cerqueira; Bueno, 2023).

De acordo com Rodrigues e Mello (2024), no contexto da pandemia de Covid-19, as medidas de mitigação, como o fechamento de instituições educacionais e a imposição de isolamento social, emergiram como fatores exacerbadores da vulnerabilidade de crianças e adolescentes à violência sexual.

É importante destacar que existem órgãos governamentais e da sociedade civil que buscam contribuir na solução desses casos. Os Conselhos dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes são órgãos essenciais para articular membros do Sistema de Garantia do Direito da Criança e do Adolescente (SGDCA), buscando soluções para os principais problemas que afetam a população infanto-juvenil. A legislação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), destaca o direito à educação, predominantemente por meio do ensino em instituições próprias (Brasil, 1996).

O SGDCA é uma estrutura multidisciplinar que visa fortalecer o cumprimento do ECA no contexto da proteção contra a violência sexual. Composto por três eixos principais: i) defesa; ii) promoção de direitos e; controle social. O eixo da 'defesa' engloba órgãos judiciais e de proteção que garantem o acesso à justiça e à proteção legal das vítimas. O eixo de 'promoção' concentra-se na elaboração e implementação de políticas sociais básicas, como o direito à educação. Já o eixo de 'controle social' visa assegurar, monitorar e fiscalizar ações dos demais eixos, garantindo que o atendimento seja democrático e eficaz. Este sistema é composto por instituições como o Ministério Público, Defensorias Públicas, Conselhos Tutelares, sociedade civil e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (Childhood Brasil, 2022).

A educação escolar, além de ensinar conhecimentos tradicionais, possui o compromisso de garantir a qualidade de vida dos alunos, cumprindo seu papel no SGDCA. Enquanto espaço privilegiado, a escola deve oferecer condições para o pleno desenvolvimento escolar, psicológico, sexual e social dos educandos.

A legislação brasileira reprime diversas violações salvaguardando esses jovens, estabelecendo que qualquer transgressão ou negligência dos direitos básicos dessa categoria configura uma infração legal, estabelecendo que qualquer violação ou omissão dos direitos fundamentais desse grupo constitui uma infração legal, "uma transgressão de adultos cuidadores (ou do Estado, sociedade e instituições), devendo ser culpabilizados e responsabilizados" (Gonçalves *et al.*,

2015, p. 977).

O Sistema de Garantia de Direitos (SGD) estabelecido por meio da Resolução nº 113 de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), a qual, estabelece que:

Compete ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, além de garantir a apuração e reparação dessas ameaças e violações (Brasil, 2006a, Art. 2).

A temática abordada na pesquisa relacionada com o papel das instituições educacionais no trato pós situações de violência que envolvem crianças e pré-adolescentes. Alinhado a esse tópico, um dos pontos destacados refere-se à desinformação, associada à falta de preparo dos profissionais de educação para atuar nessas situações de violência ocorridas com os alunos (Duarte *et al.*, 2022).

Esses fatores podem levar os profissionais de instituições educacionais a não atuarem adequadamente, deixando muitos casos de violência contra crianças e adolescentes ocultos e sem assistência. Portanto, é necessário que esses profissionais estejam constantemente atentos a possíveis suspeitas e possuam conhecimentos específicos para proteger efetivamente as vítimas (Assis *et al.* 2021). Nesse contexto, surge um panorama amplo para o desenvolvimento de políticas públicas integradas e protetivas. Uma proposta importante é a capacitação dos profissionais para identificar situações de violência envolvendo alunos e desenvolver ações eficazes de proteção para evitar a continuidade da violência contra crianças e adolescentes. Sobre esta problemática, Faraj, Siqueira e Arpini (2016) identificam vários desafios na diretriz de salvaguarda completa para crianças e adolescentes em nosso país. O estudo busca compreender até que ponto as instituições educacionais participam da proteção integral das crianças e adolescentes, conforme estabelecido no ECA.

O ECA é amplamente reconhecido como um marco significativo na proteção dos direitos desse público. Conforme estipulado em seu Art. 13, que foi modificado pela Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, estabelece que:

Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais (Brasil, 1990, Art. 13).

Ao abordar as redes de proteção destinadas a crianças e adolescentes, Gonçalves *et al.* (2015) destacam que essas estruturas oferecem oportunidades de solidariedade e suporte durante momentos difíceis vivenciados por indivíduos ou famílias. Essas redes incluem diversos órgãos, como as instituições educacionais.

Faraj, Siqueira e Arpini (2016) enfatizam que as redes de proteção, destinadas a satisfazer plenamente as necessidades do público infantojuvenil, estão integradas no Sistema de Garantia de Direitos. Esta configuração é composta pela integração de diversos atores, instrumentos e espaços institucionais, com papéis e atribuições específicos e definidos pelo ECA. A estruturação da rede de proteção à criança e ao adolescente possibilita uma representação ampla e diversificada dos atores que constituem o Sistema de Garantia de Direitos, com o objetivo de salvaguardar os direitos desses indivíduos. Dessa forma, o Sistema abarca a complexidade das interações entre os participantes das organizações envolvidas, permitindo que as redes de proteção demonstrem sua dinâmica.

Nesse contexto, a implementação de estratégias pela escola frente às diversas formas de violência e vulnerabilidade social requer uma compreensão clara por parte dos membros das instituições educacionais sobre o papel que devem desempenhar na rede de proteção em prol da proteção da criança e do adolescente (Lima, 2018).

As crescentes incidências de violações contra têm sido destacadas em debates e pesquisas, visando aprofundar a compreensão e encontrar soluções eficazes para intervenções (Lyra; Constantino; Ferreira, 2010; Faleiros, 2013). De acordo com esses autores, diante esse cenário, o poder público, em conformidade com a legislação vigente, prioriza o desafio de implementar medidas direcionadas as vulnerabilidades ressaltadas. Nesse sentido, a constituição de redes protetivas facilita a articulação de ações com impacto coletivo.

#### 2.6.1 Análise de Políticas Públicas: Exame das Iniciativas Governamentais Voltadas à Proteção e Assistência às Vítimas

Na atual conjuntura das políticas públicas de educação no Brasil, a

democratização do acesso à educação tem sido estabelecida como um direito social. Entretanto, diante da constatação de que atualmente enfrentamos deficiências significativas nas políticas públicas voltadas à infância, abrangendo áreas como segurança, saúde, educação, assistência social, cultura e lazer, torna-se imperativo promover reflexões que contribuam para a elaboração de políticas públicas inclusivas para todos. Sob essa ótica de política educacional é essencial considerar a criança como um sujeito social, histórico, competente e multifacetado (Hansen, 2021).

No âmbito da análise das políticas públicas destinadas a enfrentar o abuso infantil no ambiente escolar, a compreensão das iniciativas governamentais se torna fundamental. Este exame abrange diferentes dimensões, destacando-se o marco legal e normativo, programas de sensibilização e capacitação para professores, além das redes de apoio e serviços de assistência disponíveis para as vítimas.

A revisão das leis e regulamentos nacionais relacionados à proteção infantil desempenha um importante papel na análise das políticas públicas voltadas para o enfrentamento do abuso no contexto escolar.

Soma e Willians (2019) enfatizam a importância de legislações claras e abrangentes, não se limitando apenas à punição, mas abarcando efetivas estratégias de prevenção do abuso infantil. A eficácia dessas leis é examinada com rigor, considerando não somente sua aplicação prática, mas também sua capacidade de resposta em casos específicos de abuso escolar (Silva; Santos, 2022).

## **2.7 Redes de Apoio e Serviços de Assistência**

O mapeamento de recursos e serviços disponíveis para vítimas de abuso, como centros de atendimento e linhas de apoio, é essencial para compreender a infraestrutura de suporte existente.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH (2017) trata da proteção integral à criança, destacando a importância da conexão entre diversos participantes da rede. A integração das medidas visa evitar legitimidades equivocadas quando o Estado identifica um risco substancial. A Comissão utiliza instrumentos estratégicos que delineiam claramente os objetivos desejados, baseando-se em diagnósticos abrangentes e realistas. A utilização desses

instrumentos e diagnósticos facilita intervenções cooperativas dos atores envolvidos.

Os abusos contra crianças e adolescentes estiveram presentes na história da humanidade desde os mais antigos registros, assim “na Grécia antiga, a alegria da criança filha de cidadão, educada por meio de músicas e fábulas, contrastava com a tristeza do filho do escravo, que perecia nas mãos de seus senhores” (Amaral; Bolonhezi, 2020, p. 4).

Segundo Amaral e Bolonhezi (2020), em resposta a uma história marcada por abusos e invisibilidade, a contemporaneidade testemunha avanços significativos na implementação de direitos e na especificação das necessidades das crianças. Um marco importante nesse progresso foi a adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança. A Convenção, ratificada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, é tida como a mais importante base jurídica dos direitos das crianças, conferindo poder vinculativo aos países signatários para garantir tais direitos e prerrogativas especiais.

No Brasil, segundo Sell e Ostermann (2015) a concepção de crianças e adolescentes como sujeitos possuidores de direitos é relativamente nova, introduzida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que no artigo 227, cravou os alicerces para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, garantindo-lhes direitos essenciais como a criação do Conselho Tutelar com a responsabilidade de fazer cumprir o Estatuto.

Vale ressaltar que a nova legislação brasileira passou a abranger todas as fases da infância, não apenas aquelas associadas a condições de pobreza, orfandade, delinquência ou criminalidade (Brasil, 2016). O desrespeito de direitos salvaguardados pelo ECA é um evento multifacetado que requer uma avaliação criteriosa dada sua ocorrência nos estratos e grupos sociais.

Garantir a proteção integral da criança e do adolescente implica em assegurar todos os direitos previstos tanto na Constituição, quanto na legislação específica do ECA. Esses direitos abrangem uma ampla gama de áreas essenciais para o desenvolvimento saudável desses jovens, incluindo vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, convívio familiar e comunitário. Além disso, conforme estabelecido pelo artigo 5º do ECA, também assegurar que toda criança e adolescente esteja a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão (Hansen, 2021).

Para compreender esse fenômeno, é fundamental conceituar violação de

direitos como qualquer situação que represente uma ameaça ou uma violação aos direitos da criança ou do adolescente. Essas violações podem surgir devido à ação ou inação dos pais ou responsáveis, da sociedade, do Estado ou mesmo do comportamento do próprio jovem. Abandono, negligência, conflitos familiares, convivência com pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, além de todas as formas de violência (física, sexual e psicológica), configuram violação de direitos infantojuvenis Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT, 2013).

A utilização de medidas protetivas constantes no ECA visa combater violações de direitos, assim a exigência que os profissionais da educação devem estar familiarizados com as leis que tratam da detecção, prevenção e mitigação de violência contra menores (Childhood Brasil, 2022).

Assim, os educadores podem direcionar as ações cabíveis, priorizando seu compromisso, pois são representantes de uma tarefa legal e responsáveis por possíveis penalizações previstas, inclusive se sujeitando a punições se negligenciarem as transgressões detectadas (Siqueira; Alves; Leão, 2012).

No que concerne ao papel das escolas, apenas após a aprovação da Constituição Federal de 1988 (Art. 6º e Art. 205) foi conferido à educação o status de direito social garantindo a proteção de crianças e adolescentes, preservando-os de qualquer forma de descuido, hostilidade, subjugação etc (Brasil, 1988). Essa norma é reforçada por artigos constantes no ECA asseguraram que o infante não deverá ser vítima de qualquer tipo de abuso, maldade ou tirania, estabelecendo que é dever de todos zelar pela dignidade desses indivíduos, intervindo contra tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (Brasil, 1990, Art. 5º, Art. 18).

No contexto brasileiro, as instituições educacionais assumem o papel de locais fundamentais para a formação de indivíduos, encarregadas da responsabilidade de preservar a dignidade dos alunos, conforme estipulado pelo Art. 245 da Constituição Federal de 1988. A gestão escolar deverá reportar suspeitas, confirmações de violações dos direitos infanto-juvenis, especialmente em casos de maus-tratos (Brasil, 1990).

Além disso, o Art. 70-A, inciso VI, destaca a promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e elaboração de planos de atuação conjunta focados em famílias em situação de violência, com a participação de

profissionais de saúde, assistência social, educação e órgãos de proteção dos direitos da criança e do adolescente (Brasil, 1990).

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária destaca a responsabilidade dos membros do Estado em reconhecer e intervir contra violações dos direitos, bem como a necessidade de capacitar membros das famílias, comunidades e profissionais da educação, saúde e assistência social para reconhecer e enfrentar a violência contra crianças e adolescentes (Brasil, 2006b).

Borges *et al.* (2021) ressaltam o papel fundamental das instituições de ensino na rede de proteção de crianças e adolescentes, salientando a importância de uma participação ativa por parte dos gestores escolares e profissionais da educação. É relevante destacar que o princípio da prioridade absoluta de crianças e adolescentes, estabelecido pelo ECA (Brasil, 1990), gera debates sobre o papel das instituições educacionais na proteção desses indivíduos. Nesse sentido, Santos (2019) sugere três bases legais para uma nova visão oficial de ensino e escola, fundamentada na dignidade humana e no dever social de proteção da criança e do adolescente.

A premissa inicial é que alunos se apresentem à instituição de ensino como titulares de direitos reivindicando serviços de qualidade de maneira objetiva. A segunda, define a escola como um local privilegiado para a salvaguarda dos direitos desse segmento da comunidade, que, em cooperação com outras entidades, configura o Sistema de Asseguramento de Direitos e reforça a rede protetiva. A resultante das duas colocações anteriores cria a necessidade de estabelecer um novo paradigma de ensino como direito humano individual (Santos, 2019, p. 8).

Para Santos (2019), as instituições educacionais desempenham um papel relevante na promoção e garantia dos direitos humanos, incluindo o desenvolvimento do respeito por esses direitos. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos destaca a importância da escola como um ambiente privilegiado para o exercício e aplicação desses direitos realçando a integração da coletividade regional e sua atenção ao desenvolvimento social e emocional dos alunos, com uma abordagem transversal que envolve diversos atores sociais (Bastos, Pedra; Laignier, 2009).

Além disso, as legislações aplicáveis a espécie reconhecem o cuidado como uma função social relevante no contexto educacional (Brasil, 2010). Essas diretrizes

exigem que o projeto político-pedagógico considere o perfil integral dos sujeitos envolvidos na vida escolar, contemplando aspectos intelectuais, culturais, emocionais, afetivos e socioeconômicos como base para a reflexão sobre as relações na escola (Brasil, Art. 44, inciso III).

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **3.1 Caracterização do tipo de pesquisa**

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa com natureza aplicada descritivo-exploratória. O método qualitativo busca compreender fenômenos e processos ao levar em conta o universo de significados, crenças, valores e atitudes dos participantes, que são analisados de forma interpretativa (Minayo, 1994). O estudo assumiu um caráter descritivo, pois visa explorar as dificuldades, desafios e obstáculos enfrentados pelos professores do Ensino Fundamental no contexto de temáticas como abuso sexual e a sua revelação.

Para Bogdan e Biklen (1984), o pesquisador, na pesquisa qualitativa, desempenha o papel tanto de agente quanto de instrumento, uma vez que ele interage diretamente com os sujeitos em seu ambiente natural. De acordo com André (2013), essa abordagem parte do princípio de que o conhecimento é construído socialmente nas interações diárias, onde os sujeitos transformam a realidade enquanto também são por ela transformados.

Ademais, a pesquisa envolveu a análise de diversos tipos de registros, como transcrições de entrevistas, documentos e outros materiais coletados durante o trabalho de campo. Nesse sentido, o processo de investigação ganha maior importância do que o produto ou resultado final (Bogdan; Biklen, 1994; Lüdke; André, 1986,).

Os elementos de análise surgiram ao longo do processo investigativo, sendo moldados e estruturados à medida que a pesquisa avançava. Esses elementos refletiram os interesses e percepções dos participantes, além de se desenvolverem nas interações diretas entre o pesquisador e o contexto investigado.

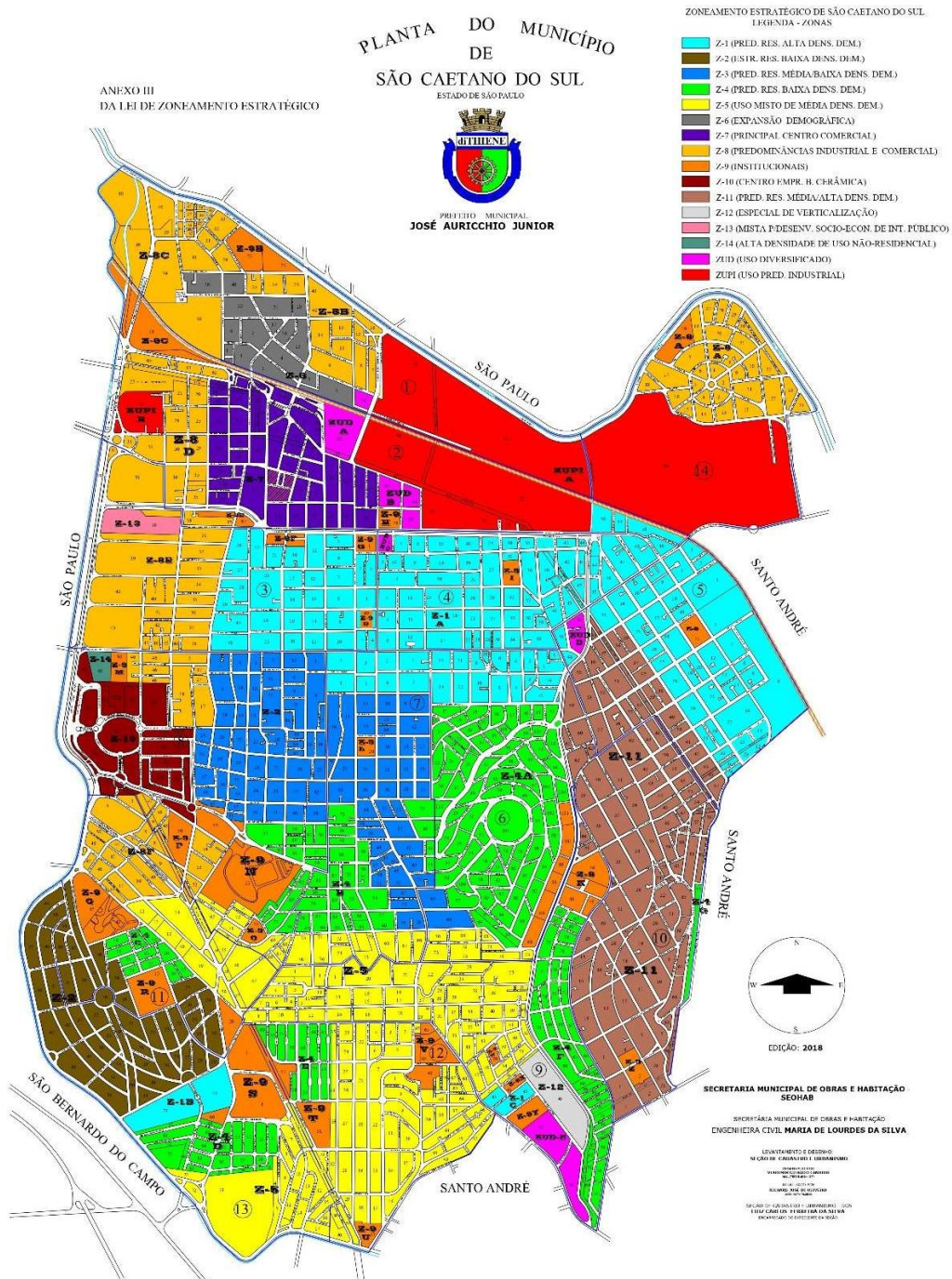
### **3.2 Local da pesquisa**

O município de São Caetano do Sul possui uma área de 15,331 km<sup>2</sup> e uma população de 158.024 habitantes (IBGE, 2015), sendo o quinto mais populoso da região do ABC. A cidade tem uma localização privilegiada, situando-se no Planalto Paulista, a apenas 12 km do centro de São Paulo, o que a coloca mais próxima da

capital paulista do que muitos bairros da própria cidade.

Diferente dos outros municípios do ABC, que ainda possuem áreas rurais, São Caetano do Sul é totalmente urbanizado. O município é cortado pelos rios Tamandateí e Ribeirão dos Meninos, além dos córregos Utinga, das Grota e do Moinho. Ele está dividido em 15 bairros.

Figura 3 - Mapa de Zoneamento Estratégico de São Caetano do Sul



Fonte: São Caetano do Sul (2024).

O município de São Caetano do Sul possui uma área de 15,331 km<sup>2</sup> e uma população de 158.024 habitantes (IBGE, 2015), sendo o quinto mais populoso da região do ABC. A cidade tem uma localização privilegiada, situando-se no Planalto Paulista, a apenas 12 km do centro de São Paulo, o que a coloca mais próxima da capital paulista do que muitos bairros da própria cidade.

Diferente dos outros municípios do ABC, que ainda possuem áreas rurais, São Caetano do Sul é totalmente urbanizado. O município é cortado pelos rios Tamandateí e Ribeirão dos Meninos, além dos córregos Utinga, das Grotas e do Moinho. Ele está dividido em 15 bairros. São Caetano é destaque nacional em vários indicadores positivos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), liderando o ranking brasileiro desde 1991. Em 2010, alcançou um IDH de 0,862, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Outro ponto positivo é a expectativa de vida no município, que em 2010 era de 78,2 anos, superior à média nacional de 73,9 anos e à média estadual de 75,7 anos (São Caetano do Sul, 2024).

A seleção da escola em São Caetano do Sul como local de pesquisa foi fundamentada em critérios qualitativos e estratégicos que se alinham aos objetivos do estudo. A instituição foi escolhida por abrigar os sujeitos que caracterizavam a variável qualitativa de estudo, ou seja, professores do Ensino Fundamental Anos Iniciais com experiência e formação relevantes para a temática da revelação de abuso sexual contra crianças. Segundo Creswell (2014), A pesquisa qualitativa é apropriada quando se busca uma compreensão detalhada e complexa de um problema, algo que pode ser alcançado por meio de interações diretas com as pessoas envolvidas, conforme sugere Creswell em suas reflexões sobre métodos qualitativos.

Além disso, a escolha da referida instituição se deu pela sua localização, sendo considerada um ambiente representativo das variáveis da pesquisa. São Caetano do Sul, como parte integrante da região do Grande ABC paulista, apresenta um contexto socioeconômico e educacional que reflete muitas das realidades e desafios enfrentados por educadores em áreas urbanas desenvolvidas. Segundo Minayo (2014), o local onde a pesquisa é conduzida deve ser selecionado com cuidado, já que ele influencia diretamente a qualidade das informações coletadas, que serão fundamentais para a análise e para uma compreensão mais abrangente do problema estudado.

A escola está localizada em uma área central urbana com bons indicadores educacionais, fato que permite também investigar como as políticas e práticas de proteção à criança são implementadas em um ambiente que, teoricamente, dispõe de recursos e estrutura para lidar com questões complexas como o abuso sexual infantil.

A unidade escolar pertencente à rede de ensino municipal foi fundada em 1976, atende alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Possui uma estrutura física adequada para atender às necessidades educacionais de seus alunos, incluindo salas de aula equipadas, biblioteca e espaços para atividades extracurriculares.

O corpo docente da escola é composto por 43 professores qualificados e experientes, comprometidos com o desenvolvimento integral dos alunos. A instituição atende uma média de 700 estudantes por ano em ensino integral, com horário das 7h30 as 16h30. A equipe gestora é composta por pedagogos, sendo uma para cada área e que se encontram assim alocadas: uma na direção, uma na vice direção, duas na assistência pedagógica e uma na orientação educacional.

A escola adota uma abordagem pedagógica que visa o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos. O currículo segue as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação, com ênfase em disciplinas como português, matemática, ciências, história e geografia e oficinas extracurriculares que desenvolvem diversos projetos e iniciativas que complementam o ensino regular.

A instituição tem apresentado bom desempenho em avaliações externas, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), demonstrando o comprometimento com a qualidade do ensino oferecido.

A escola mantém uma relação próxima com a comunidade local, promovendo eventos e atividades que envolvem pais e responsáveis no processo educativo dos alunos. Essa parceria contribui para o fortalecimento do vínculo entre escola, família e comunidade.

Esta escolha estratégica do local de pesquisa possibilita uma análise mais profunda e contextualizada das percepções e práticas dos educadores frente à revelação de abuso sexual contra crianças, contribuindo para a geração de ideias valiosas que podem ser relevantes para outras instituições educacionais em contextos similares.

### **3.3 Sujeitos Da Pesquisa**

#### **3.3.1 Descrição Dos Sujeitos**

Os sujeitos desta pesquisa são professores do Ensino Fundamental Anos Iniciais de uma escola municipal localizada em São Caetano do Sul, município pertencente à região do Grande ABC paulista. A escolha deste grupo específico de educadores se deve à sua atuação direta com os alunos em fase fundamental de desenvolvimento cognitivo e social, bem como à relevância do município no contexto educacional da região metropolitana de São Paulo. São Caetano do Sul é reconhecido por seus investimentos em educação e por apresentar indicadores educacionais acima da média nacional.

A seleção destes profissionais como participantes do estudo visa compreender suas percepções, práticas pedagógicas e desafios enfrentados no cotidiano escolar, especialmente no que se refere à delicada e crítica temática da revelação de abuso sexual contra crianças. Esta pesquisa busca investigar como esses educadores lidam com situações de suspeita ou revelação de abuso, suas estratégias de identificação, protocolos de ação e a preparação que recebem para abordar esse tema sensível. A escolha deste grupo de professores é particularmente relevante, considerando seu papel fundamental na proteção e no cuidado das crianças, bem como sua posição privilegiada para detectar sinais de abuso e oferecer suporte inicial às vítimas

#### **3.3.2 Critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos da pesquisa**

Para a seleção dos participantes desta pesquisa, foram estabelecidos critérios específicos de inclusão e exclusão, garantindo a relevância e a qualidade dos dados encontrados. Os critérios de inclusão abrangem professores específicos do Ensino Fundamental Anos Iniciais, um ano de experiência na instituição selecionada em São Caetano do Sul. Essa exigência garante que os participantes tenham familiaridade suficiente com o ambiente escolar e com as políticas institucionais relacionadas à proteção da criança. Por outro lado, foram excluídos da pesquisa professores substitutos ou temporários, aqueles com menos de um ano de atuação na escola em questão. Foram excluídos profissionais que manifestaram desconforto

ao abordar o assunto ou que estiveram em processo de afastamento ou licença durante o período de coleta de dados. Estes critérios foram estabelecidos para garantir que os participantes tenham a experiência e o conhecimento necessários para contribuir significativamente com o estudo, além de garantir o respeito às questões éticas envolvidas na abordagem deste tema sensível.

### 3.4 Critérios éticos

#### 3.4.1 Comitê De Ética E Pesquisa Com Seres Humanos

Esta pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número CAAE nº 82164924.8.0000.5510. Para a participação na pesquisa, foram definidos critérios de inclusão, que exigiam que os professores atuassem no ensino fundamental anos iniciais em escolas públicas, possibilitando a vivência de diferentes situações em seu contexto de trabalho.

#### 3.4.2 Riscos da pesquisa

Embora os riscos sejam mínimos, passamos a descrevê-los e como superá-los.

**Risco de Exposição e Privacidade:** Existe o risco de que as respostas dos professores possam expor informações sensíveis sobre suas práticas e percepções, além de potencialmente revelar situações específicas de abuso sexual enfrentadas por alunos. **Mitigação:** Garantimos a total anonimização dos participantes. Todos os dados serão codificados e nenhuma informação pessoal será divulgada. Os respondetes serão apresentados de maneira agregada, sem identificação individual.

**Risco de Desconforto Emocional:** O tema do abuso sexual é altamente sensível e pode causar desconforto emocional aos participantes ao refletirem sobre suas experiências e práticas pedagógicas relacionadas. **Mitigação:** Os participantes serão informados previamente sobre a natureza sensível do estudo e terão a opção de se retirar a qualquer momento sem qualquer penalização. Além disso, fornecer-se-á informações de contato de serviços de apoio psicológico caso os participantes sintam necessidade de conversar com um profissional.

**Risco de Coerção ou Pressão:** Existe o risco de que os professores se

sintam pressionados a participar da pesquisa por medo de represálias ou pela percepção de que sua participação é obrigatória. **Mitigação:** A participação será totalmente voluntária. Será comunicado claramente que a não participação não resultará em nenhuma consequência negativa. Os professores foram alertados da Avaliação dos Riscos e Benefícios: informados de que sua decisão de participar ou não participar será respeitada integralmente. Para garantir que os riscos mínimos identificados sejam superados de forma eficaz, as seguintes medidas serão implementadas: i) Todos os participantes receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) detalhando a natureza da pesquisa, os objetivos, os procedimentos, os potenciais riscos e benefícios, e os direitos dos participantes, incluindo o direito de se retirar a qualquer momento. ii) Os dados coletados foram codificados e armazenados de forma segura. Somente os pesquisadores principais terão acesso aos dados brutos. As respostas serão tratadas com a mais alta confidencialidade e os resultados serão publicados de maneira que garanta o anonimato dos participantes. iii) Serão fornecidas informações de contato de serviços de apoio psicológico aos participantes, caso eles experimentem desconforto emocional durante ou após a participação na pesquisa. iv) Serão adotadas estratégias claras de comunicação para assegurar que os participantes compreendam que sua participação é voluntária e que não haverá consequências negativas caso optem por não participar ou decidam se retirar da pesquisa a qualquer momento. Essas medidas garantirão que a pesquisa seja conduzida de maneira ética, minimizando os riscos aos participantes e assegurando que seus direitos e bem-estar sejam preservados ao longo de todo o estudo.

### 3.4.3 Benefícios da Pesquisa

**Benefícios para os Participantes Aprimoramento Profissional:** Descrição: A pesquisa fornecerá aos professores uma oportunidade de refletirem sobre suas práticas pedagógicas e identificarem áreas onde podem precisar de mais suporte e formação. Este processo de autoavaliação pode ser uma forma valiosa de desenvolvimento profissional. **Benefício:** Promove o crescimento e a melhoria contínua das competências docentes, especialmente no manejo de situações complexas como o abuso sexual infantil. **Sensibilização e Conscientização:**

### 3.5 Instrumentos da Pesquisa

#### 3.5.1 Descrição dos instrumentos da pesquisa

A seleção dos instrumentos de pesquisa foi cuidadosamente realizada para garantir uma coleta de dados abrangente e aprofundada, considerando a sensibilidade do tema e a complexidade das experiências dos sujeitos envolvidos. A combinação de diferentes métodos permite uma triangulação dos dados, aumentando a confiabilidade e validade da pesquisa.

O questionário, composto por perguntas de múltipla escolha e questões abertas, foi escolhido como instrumento inicial para obter uma visão geral das percepções e práticas dos professores em relação à revelação de abuso sexual contra crianças. Segundo Gil (2008), O questionário é considerado um método eficiente e econômico para a coleta de informações, destacando-se por não demandar treinamento específico de pessoal e por preservar o anonimato dos respondentes. As quatro alternativas nas questões fechadas permitem uma análise quantitativa inicial, enquanto as questões abertas oferecem espaço para expressões mais detalhadas e pessoais.

A entrevista semiestruturada foi selecionada para aprofundar os temas abordados no questionário. Este método permite uma exploração mais detalhada das experiências individuais dos professores. Como afirma Triviños (1987), a entrevista semiestruturada possibilita a presença ativa e consciente do pesquisador, ao mesmo tempo em que valoriza a importância da perspectiva do entrevistado no contexto da pesquisa. Este instrumento possibilita a flexibilidade necessária para abordar um tema tão delicado quanto o abuso sexual infantil.

A análise documental foi incluída para examinar políticas, protocolos e registros escolares relacionados à proteção da criança e aos procedimentos de revelação de abusos. Cellard (2008) destaca que A análise documental permite observar o desenvolvimento ou a evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades e práticas, entre outros aspectos. Isto é, permite contextualizar as práticas relatadas pelos professores dentro do marco institucional.

A aplicação do método inicialmente proposto enfrentou algumas limitações durante a execução da pesquisa com o mesmo público. A aplicação do método as

entrevistas, realizadas com um grupo focal composto por professores, revelaram-se insuficientes para capturar toda a complexidade e diversidade de experiências relacionadas ao tema do abuso sexual infantil no contexto escolar. Essa constatação levou à necessidade de uma inversão metodológica, na qual as entrevistas foram conduzidas primeiro seguidas pela aplicação de um questionário mais abrangente.

Esta adaptação metodológica permitiu uma melhor interpretação dos resultados, pois o questionário foi elaborado com base nas informações preliminares obtidas nas entrevistas do grupo focal. Assim, foi possível aprofundar temas específicos que emergiram durante as discussões iniciais e obter uma visão mais ampla e representativa das percepções e práticas dos professores em relação à revelação de abuso sexual infantil. A combinação desses dois instrumentos - entrevistas e questionário - proporcionou uma análise mais robusta e contextualizada dos dados coletados.

A combinação destes instrumentos permitiu uma abordagem multifacetada da questão de pesquisa, capturando tanto dados quantificáveis quanto nuances qualitativas das experiências dos professores. Esta estratégia metodológica visou proporcionar uma compreensão holística do fenômeno estudado, alinhando-se com a complexidade inerente ao tema da revelação de abuso sexual contra crianças no contexto escolar.

### **3.6 Etapas da Pesquisa**

A pesquisa sobre a revelação de abuso sexual contra crianças, envolvendo professores do Ensino Fundamental Anos Iniciais em São Caetano do Sul, será conduzida em quatro etapas principais. Cada etapa foi cuidadosamente planejada para garantir uma abordagem sistemática e abrangente do tema, respeitando os princípios éticos e metodológicos necessários para um estudo desta natureza.

#### **3.6.1 Etapa 01. Preparação e Planejamento**

Nesta fase inicial, serão realizadas as seguintes atividades:

- Revisão aprofundada da literatura sobre abuso sexual infantil e o papel dos educadores na revelação.
- Elaboração detalhada do projeto de pesquisa, incluindo a definição

precisa dos objetivos e questões de pesquisa.

- Submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa para aprovação.
- Desenvolvimento e validação dos instrumentos de pesquisa (questionário, roteiro de entrevista semiestruturada e guia para grupo focal).
- Estabelecimento de contato com a escola selecionada e obtenção das autorizações necessárias.

Esta etapa é essencial para estabelecer uma base sólida para o estudo, como enfatiza Creswell (2014): um planejamento bem elaborado no início do projeto é essencial, pois contribui para a economia de tempo e recursos nas etapas subsequentes da pesquisa.

### 3.6.2. Etapa 02. Coleta de Dados

A segunda etapa envolve a implementação dos métodos de coleta de dados:

- Aplicação do questionário a todos os professores participantes.
- Realização das entrevistas semiestruturadas com uma amostra selecionada de professores.
- Coleta e organização de documentos relevantes da escola para análise.

Durante esta fase, será fundamental manter um registro detalhado de todas as atividades e observações. Como observa Yin (2015), a coleta de dados em estudos qualitativos exige do pesquisador sensibilidade, ética e habilidade para identificar nuances e detalhes significativos ao contexto da pesquisa..

### 3.6.3 Etapa 03. Análise dos Dados

Nesta etapa crítica, os dados coletados serão processados e analisados:

- Transcrição das entrevistas.
- Análise quantitativa dos dados do questionário.
- Análise qualitativa das respostas abertas, entrevistas e grupo focal, utilizando técnicas de codificação e categorização.
- Análise documental dos materiais coletados na escola.
- Triangulação dos dados obtidos através dos diferentes métodos.

A análise será conduzida com rigor metodológico, buscando identificar padrões, temas emergentes e insights significativos. Segundo Braun e Clarke (2006), A análise temática proporciona uma abordagem prática e teoricamente flexível para a interpretação de dados qualitativos.

### 3.6.4 Etapa 04. Interpretação e Disseminação dos Resultados

A etapa final envolve a síntese dos resultados e sua divulgação:

- Interpretação dos resultados à luz da literatura existente e do contexto específico da pesquisa.
- Elaboração do relatório final da pesquisa.
- Preparação de artigo(s) científico(s) para publicação em revistas

especializadas.

- Apresentação dos resultados em congresso acadêmico.
- Desenvolvimento de material informativo para a escola participante.
- Realização de uma sessão de feedback com os participantes e gestores escolares.

Esta fase visa garantir que os resultados da pesquisa tenham impacto tanto no meio acadêmico quanto na prática educacional. Como afirma Flick (2009), a disseminação dos resultados é necessária para que a pesquisa qualitativa cumpra seu papel de promover mudanças sociais e melhorias nas práticas profissionais.

Cada uma dessas etapas foi conduzida com atenção aos detalhes, respeito aos participantes e compromisso com a integridade científica, assegurando que a pesquisa contribua significativamente para o entendimento e aprimoramento das práticas relacionadas à revelação de abuso sexual contra crianças no contexto escolar.



professores. Essa abordagem enriquece a discussão, oferecendo uma base sólida para as conclusões e recomendações da pesquisa.

A principal descoberta deste estudo é que os professores dos anos iniciais do ensino fundamental ainda enfrentam significativas dificuldades para lidar adequadamente com revelações de abuso sexual infantil, apesar de reconhecerem a importância do seu papel nesse processo. A análise dos resultados revela uma lacuna entre o conhecimento teórico dos educadores sobre o tema e sua capacidade de aplicar esse conhecimento na prática, especialmente no momento crítico da revelação.

#### 4.1 Da entrevista Semiestruturada Aplicada

Para explorar as percepções dos professores sobre a revelação do abuso sexual infantil e suas responsabilidades, os mesmos responderam a questões focadas em suas práticas pedagógicas adotadas e os fatores que influenciam tais práticas; lacunas e necessidades para a formação contínua; e os desafios identificados no enfrentamento desse tema. As respostas estão categorizadas no quadro 3.

Quadro 4 - Temas e Frequência nas Respostas sobre Revelação de Abuso Sexual Infantil

CATEGORIA	Freq. *	%	TRECHOS REPRESENTATIVOS
Despreparo para lidar com revelações de abuso	28	93.3%	"Preparada não estava e nunca estarei." (P16) "Confortável de jeito nenhum." (P14)
Reconhecimento da importância do papel do professor na prevenção, revelação de abuso sexual infantil	25	83.3%	"O papel do professor é esse intermediário de levar a informação e tentar ajudar." (P20)
Importância de manter a calma durante a revelação	12	40%	"Primeira coisa é manter a calma, dizer que está tudo bem" (P1)
Desconhecimento dos protocolos escolares	26	86.7%	"Você conhece os protocolos da escola diante desses fatos? Não." (P10)
Desconhecimento sobre escuta especializada	29	96.7%	Você sabe o que é uma escuta especializada? Não" (P9)
Ênfase no acolhimento e escuta da criança	22	73.3%	"Primeiramente tem que acolher essa criança, ouvi-la, tentar saber mais um pouco." (P14)
Identificação de mudanças comportamentais como sinal	20	66.7%	"A gente percebe algumas mudanças nos comportamentos das crianças" (P7)
Menção a sinais físicos ou desenhos	6	20%	"As vezes ela faz desenhos que demonstrem o abuso também." (P2)
Necessidade de formação específica	18	60%	"Formação acho essencial, tem que estar dentro da universidade sim." (P28)
Encaminhamento para gestão/autoridades	15	50%	"Se acontecer procurar a gestão, em primeiro lugar" (P9)

Fonte: Elaboração própria.

\* Frequência absoluta

Observou-se que a maioria reconhece a gravidade do problema e entende que tem um papel importante na identificação e notificação de casos. No entanto, muitos demonstram insegurança quanto à forma correta de agir diante de uma revelação. Isso sugere que, embora haja uma consciência geral sobre a importância do tema, ainda falta preparo específico para lidar com situações concretas. O estudo evidencia uma lacuna preocupante no preparo dos professores para lidar com casos de abuso sexual infantil. Além do alto índice de despreparo para lidar com revelações, pois cerca de 93% dos entrevistados reconheceram esse despreparo.

A análise dos resultados obtidos nesta pesquisa ressalta a complexidade e a urgência do tema do abuso sexual infantil no ambiente escolar, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental. De acordo com Rodrigues e Mello (2024), este período é decisivo para o desenvolvimento biopsicossocial das crianças, e a escola frequentemente se configura como o primeiro espaço de possível revelação de abuso. Contudo, os dados revelam uma considerável fragilidade na formação dos professores para lidarem com essas situações delicadas.

As respostas dos educadores participantes oferecem uma visão reveladora. Ao serem questionados sobre sua preparação e conforto ao receberem uma revelação de abuso sexual de um aluno, foi evidente o sentimento de despreparo e desconforto: "Preparada não estava e nunca estarei" (P16); "Confortável de jeito nenhum" (P14).

Essas declarações ressaltam uma falta de preparo pontual, inclusive uma percepção de inadequação contínua diante de situações de revelação de abuso sexual infantil. Essa constatação se alinha à literatura existente, como por exemplo o estudo de Tavares (2019), que ressalta a necessidade de uma formação continuada voltada para o preparo dos professores nesse campo.

A elevada frequência de relatos de despreparo e desconhecimento, identificada nesta pesquisa, vieram ao encontro das conclusões da pesquisa de Brino *et al.* (2003) realizada a mais de 20 anos, que à época já manifestavam a preocupação e recomendavam a implementação de programas de capacitação específicos para educadores. Tal necessidade se torna ainda mais urgente, considerando-se o papel potencial dos professores como agentes de prevenção e intervenção nesses casos e reconhecendo que poucos avanços foram precebidos nessa direção.

Os achados desta pesquisa, em diálogo com a literatura existente, sugerem a necessidade de uma reestruturação na formação docente. É essencial que a preparação dos professores ultrapasse o âmbito pedagógico convencional, incorporando conhecimentos e competências específicos para lidar com questões sensíveis como o abuso sexual infantil (Childhood Brasil, 2022). Tal abordagem ampliada na formação de professores pode beneficiar as potenciais vítimas e fortalecer o papel da escola como um ambiente seguro e acolhedor para todas as crianças. Estudos futuros poderiam explorar modelos eficazes de capacitação e avaliar seu impacto na identificação e intervenção em casos de abuso sexual infantil no contexto escolar.

A importância do papel do professor na prevenção e revelação do abuso sexual infantil foi reconhecido por 83,3% dos entrevistados, sendo considerado um aspecto positivo, evidenciando uma oportunidade para promover maior conscientização e engajamento dos educadores nesta questão. Esse reconhecimento é ilustrado na fala de (P20), “o papel do professor é esse intermediário de levar a informação e tentar ajudar”. Tal posicionamento vem ao encontro da perspectiva de Oliveira *et al.* (2022), que enfatizam o papel fundamental da instituição escolar e dos agentes envolvidos no combate a qualquer forma de abuso.

O envolvimento dos educadores como agentes de prevenção surge como um aspecto significativo, especialmente considerando as dificuldades que a criança enfrenta ao revelar abusos para membros da família. Dados apontam que a maioria dos casos de abuso sexual infantil ocorre no contexto intrafamiliar, o que pode levar as vítimas a buscar apoio fora deste círculo (Reppold *et al.*, 2002). Nesse sentido, os professores se tornam uma rede de apoio essencial devido à sua acessibilidade e à interação regular com as crianças ao longo do ano letivo.

Kleemeier, Webb e Hazzard (1988) destacam que as características dos educadores – incluindo o contato contínuo, a habilidade de instrução e a permanência com a mesma turma durante um período prolongado – fazem deles candidatos ideais para receber capacitação em estratégias de identificação e intervenção. Esse posicionamento estratégico dos professores para identificar possíveis situações de abuso é sustentado e fundamentado pela literatura acadêmico-científica adotada (Kleemeier; Webb; Hazzard, 1988; Reppold *et al.*, 2002; Rodrigues; Mello, 2024; Tavares, 2019; Brino *et al.*, 2003; Childhood Brasil,

2022; Oliveira *et al.*; 2022) reforçam a necessidade de uma formação específica que incluam métodos de prevenção e técnicas de apoio para crianças em situação de vulnerabilidade.

Os resultados também destacam a importância de uma compreensão profunda e sensível dos sinais de abuso sexual infantil, especialmente considerando sua preponderância no ambiente familiar. Santos (2009) argumenta que enquanto os agentes responsáveis pela defesa dos direitos das crianças não entenderem a dimensão do problema e seu caráter frequentemente oculto, correm o risco de não compreender o sofrimento evidente nas manifestações das crianças – seja em um desenho ou em uma lágrima. O autor observa também que, embora algumas formas de violência deixem marcas visíveis, outras só se tornam perceptíveis aos que ‘aprendem’ a identificar mudanças sutis no comportamento.

Neste contexto, a capacidade do educador de reagir de forma controlada e empática ao ouvir uma revelação de abuso é essencial. Como relatado por P1, “o primeiro passo é manter a calma, dizer que está tudo bem”. Essa postura é fundamental para que uma criança perceba que está sendo levada a sério, sem reações de choque ou descrição, como também é recomendado por Habigzang, Ramos e Koller (2011). É imprescindível que o professor reforce a confiança da criança em sua fala, evitando julgamentos e sustentando evidentes garantias de apoio.

Assim, busca-se identificar as posturas adotadas pelos professores por ocasião da revelação das crianças vítimas de abuso sexual, especialmente no que se refere ao acolhimento, fortalecimento de vínculos e cuidados relacionados à sobrevivência, com ênfase no restabelecimento de diálogos, promovendo a restauração do tecido social rompido pela violência sofrida. Acredita-se ser indispensável que o problema seja encarado de forma mais humanizada, pois as necessidades destas crianças são centrais e urgentes (Amazarray; Koller, 1998).

Além disso, os educadores fizeram observações sobre mudanças comportamentais e outros sinais expressivos que podem indicar situações de abuso. Um dos entrevistados (P7) revelou que “a gente percebe algumas mudanças nos comportamentos das crianças”, enquanto (P2) comentou que “às vezes ela faz desenhos que demonstram o abuso também”, atividades antes apreciadas e até a expressão de dor física, como ilustrado pelo depoimento do entrevistado (P20), que coincide com: “A menina praticamente me disse o que estava acontecendo”.

A tristeza expressada pelos educadores diante da percepção de que, mesmo após a revelação, ações efetivadas podem não ter sido tomadas, aponta para a necessidade de protocolos claros e formações específicas. Essa formação capacitaria o professor a atuar com segurança, monitorando e respondendo aos sinais de abuso com eficácia, fortalecendo o papel da escola como um espaço seguro e acolhedor.

A análise dos dados revelou um desconhecimento generalizado sobre protocolos e escuta especializada, quase a totalidade dos entrevistados (96,7%) afirmaram não saber dos protocolos adotados pela escola e as diretrizes sobre escuta especializada. Esses dados reafirmam a percepção inicial desta pesquisa da necessidade urgente de formação específica para educadores, fato corroborado pela opinião de cerca de 60% dos entrevistados, reconhecendo a importância dessa formação.

A maioria dos entrevistados (86,7%) declarou não conhecer os procedimentos ou protocolos institucionais a serem seguidos após uma suspeita ou uma revelação de abuso sexual. Esse dado é relatado por um dos participantes (P10), que ao ser questionado se conhecia os protocolos da escola para lidar com esses casos, simplesmente respondeu: "Não".

A análise da pesquisa revela uma lacuna significativa na existência de protocolos municipais que orientem e protejam os professores em sua atuação diante de casos de abuso sexual infantil. Esta ausência deixa os educadores em uma posição vulnerável, sem diretrizes claras sobre como proceder adequadamente nestas situações delicadas. A falta de um protocolo específico compromete a eficácia da resposta institucional, bem como, expõe os professores a possíveis consequências legais por ação ou omissão inadequadas.

A criação de um protocolo municipal robusto é, portanto, uma necessidade urgente para assegurar que os professores possam agir com segurança e eficácia em casos de suspeita ou revelação de abuso sexual. Tal protocolo deve delinear os procedimentos corretos a serem seguidos, além de esclarecer as obrigações legais dos educadores, conforme estabelecido no artigo 70-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ao fornecer orientações claras e respaldo institucional, um protocolo bem elaborado protegeria os professores de possíveis infrações legais por omissão, ao mesmo tempo em que garantiria uma resposta mais efetiva e coordenada para proteger as crianças vítimas de abuso.

Além disso, foi observado um desconhecimento quase total em relação à escuta especializada, com 96,7% dos respondentes afirmando não saber o que essa prática envolve, conforme exemplificado pela resposta de (P9): "Você sabe o que é uma escuta especializada? Não."

A importância da escuta protetiva no ambiente escolar é amplamente reconhecida, especialmente porque os educadores ocupam uma posição estratégica para identificar sinais comportamentais que possam indicar abuso. Conforme discutido no 'Manual Proteger para Educar' (Brasil, 2007), a reação do professor diante de uma revelação de abuso pode ser decisiva. Uma abordagem adequada pode encorajar a criança a buscar ajuda, enquanto uma resposta inadequada pode intensificar seu sofrimento. Uma intervenção oportuna e apropriada é, portanto, essencial para evitar danos adicionais e proteger a integridade emocional do aluno.

Esses resultados destacam a necessidade urgente de capacitar os educadores em relação a protocolos de intervenção e à prática da escuta especializada, promovendo um ambiente escolar mais seguro e preparado para apoiar crianças em situação de vulnerabilidade.

Os participantes apresentaram diferentes níveis de familiaridade com o tema, alguns já haviam passado por situações de revelação de abuso, casos suspeitos ou confirmados, enquanto outros não tinham experiência prévia nessa área. A maioria dos relatou sentir-se inadequadamente preparado para lidar com situações de abuso sexual infantil, destacando a necessidade de maior capacitação e apoio institucional para enfrentar tais situações de maneira eficaz.

A análise dos resultados da pesquisa revela uma descoberta crítica, conforme também observado na revisão da literatura. Há um despreparo significativo entre os professores para lidar com situações de abuso sexual infantil, evidenciado pelo alto percentual de entrevistados que se declararam despreparados para enfrentar revelações de abuso (93,3%). Este ponto identificado é particularmente alarmante, considerando o papel fundamental que os educadores desempenham na identificação e prevenção do abuso sexual infantil.

O estudo evidencia uma lacuna preocupante no preparo dos professores para lidar com esses casos. Além do alto índice de despreparo para lidar com revelações (93,3%), foi possível identificar um desconhecimento generalizado sobre protocolos escolares (86,7%) e escuta especializada (96,7%). Esses dados veem ao encontro da necessidade de formação já apontada.

Um aspecto positivo é que 66,7% dos entrevistados mencionaram a identificação de mudanças comportamentais como um sinal de possível abuso. No entanto, apenas 20% fizeram menção a sinais físicos ou desenhos como indicadores.

Repare que 73,3% dos entrevistados enfatizaram a importância do acolhimento e da escuta da criança, e 40% reconhecem a necessidade de manter a calma durante a revelação. Esses dados indicam uma compreensão básica de como abordar situações de abuso, mas também revelam a escassez dessas habilidades.

Apesar do despreparo, é encorajador notar que 83,3% dos entrevistados se reconhecem e percebem a sua responsabilidade, enquanto professor, na prevenção e revelação do abuso sexual infantil. Este reconhecimento é um ponto de partida para motivar a busca por capacitação e melhorar sua atuação nesse contexto sensível.

## **4.2 Do Questionário Aplicado**

A utilização de questionários fechados em pesquisas qualitativas pode parecer contraditória, mas em certos contextos é justificável e enriquecedor, pois trazem uma importante contribuição na triangulação de dados, permitindo validação e comparação de informações obtidas por diferentes métodos, além de fornecer uma base demográfica e contextual inicial. Eles também complementam dados qualitativos, trazendo uma visão quantificável que contextualiza os pensamentos mais profundos, além de oferecer eficiência na coleta e facilitar comparações entre grupos. Questionários fechados tornam a participação mais acessível e podem servir como ponto de partida para explorações qualitativas detalhadas. Ademais, permitem validação de hipóteses preliminares e estruturam a análise, fortalecendo o estudo sem comprometer a profundidade dos dados qualitativos.

Segundo Richardson (1999), os questionários costumam desempenhar duas funções principais: descrever características e medir certas variáveis de um grupo. Eles podem ser organizados em perguntas fechadas, abertas ou uma combinação de ambas. O autor observa que, embora a aplicação de questionários demande menos habilidade em comparação a uma entrevista, sua utilização isolada pode ser insuficiente para obter a profundidade de entendimento necessária em estudos de natureza qualitativa.

No questionário aplicado aos respondentes, em apertada síntese, os dados foram analisados e discutidos em cinco categorias principais para facilitar o entendimento dos desafios e necessidades dos professores dos anos iniciais ao lidar com casos de revelação de abuso sexual infantil.

Quadro 5 - Síntese dos dados em categorias e percepções dos professores

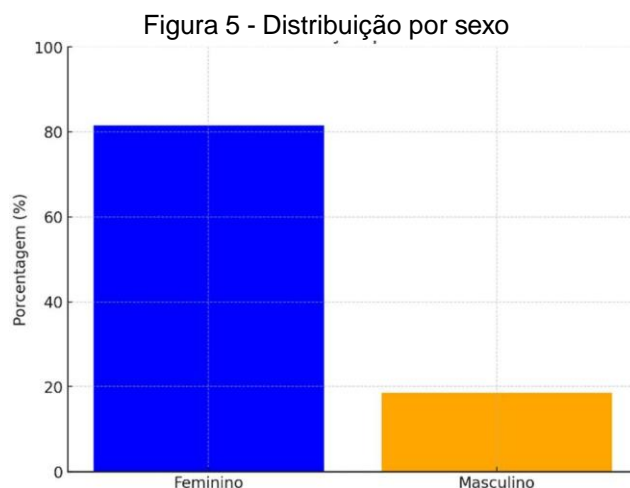
<b>Categorias</b>	<b>Percepções e características</b>
Perfil do participante	Características demográficas
Práticas Pedagógicas e Experiências	ações e abordagens adotadas para criar um ambiente seguro para os alunos
Fatores Influenciadores	Postura dos educadores frente a uma revelação de abuso
Tomada de Decisão	
Necessidade de Formação e Suporte	Grau de formação específica dos participantes e o suporte

Fonte: Elaboração própria.

Na primeira categoria, traçamos as características demográficas e profissionais dos entrevistados, proporcionando uma visão do contexto em que atuam e as percepções sobre revelação do abuso sexual infantil explorando como os docentes compreendem o tema e seu nível de preparo para identificar casos.

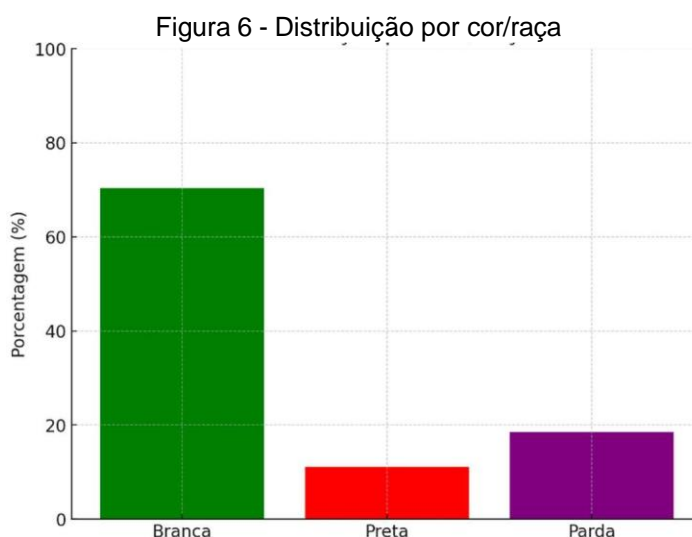
Em Práticas Pedagógicas e Experiências são analisadas as ações e abordagens que os professores adotam para criar um ambiente seguro para os alunos. Nas categorias Fatores Influenciadores e Tomada de Decisão são examinados os elementos que impactam a resposta dos educadores frente a uma revelação de abuso. Por fim, Necessidade de Formação e Suporte aborda o grau de formação específica dos participantes e o suporte que consideram essencial para melhor atuarem em tais situações. Essas categorias oferecem uma compreensão ampla sobre as práticas, dificuldades e necessidades do corpo docente, permitindo reflexões e propostas para aprimoramento.

Em relação ao perfil dos participantes da pesquisa, o gráfico da figura 4 sugere a predominância de participantes do sexo feminino (81,48%), este dado reflete uma tendência comum no magistério, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental. Isso pode estar relacionado a questões históricas, culturais e sociais que associam o papel da mulher à educação infantil (Brasil, 2023b).



Fonte: Elaboração própria.

A maioria dos participantes se autodeclara branca (70,37%), enquanto as categorias preta (11,11%) e parda (18,52%) estão sub-representadas. O gráfico da figura 5 sugere que muitas outras questões precisam ser superadas, como o fato da necessidade de promover cada vez mais a inclusão racial no setor educacional e a representação das diferentes identidades étnico-raciais entre os professores. Mesmo não sendo o foco desta pesquisa, é importante refletir sobre essas desigualdades no acesso à formação e das barreiras estruturais no mercado de trabalho persistentes em nossa sociedade.

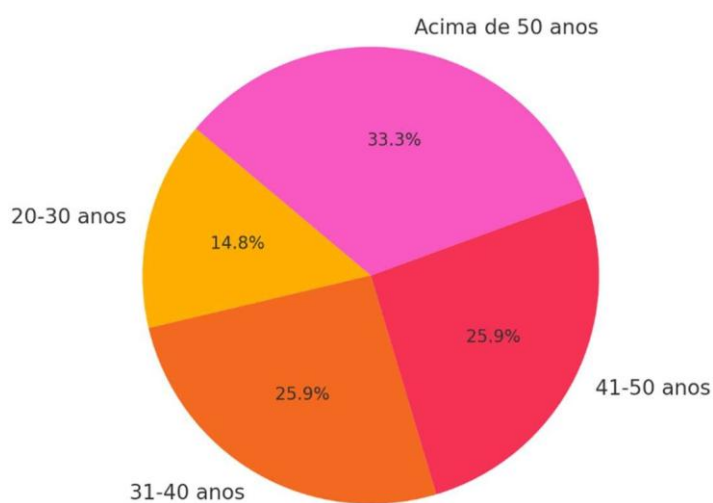


Fonte: Elaboração própria.

Na figura 6, observa-se uma distribuição relativamente equilibrada, com maior concentração acima dos 50 anos (33,33%), seguida por 31-40 anos e 41-50 anos

(25,93% cada).

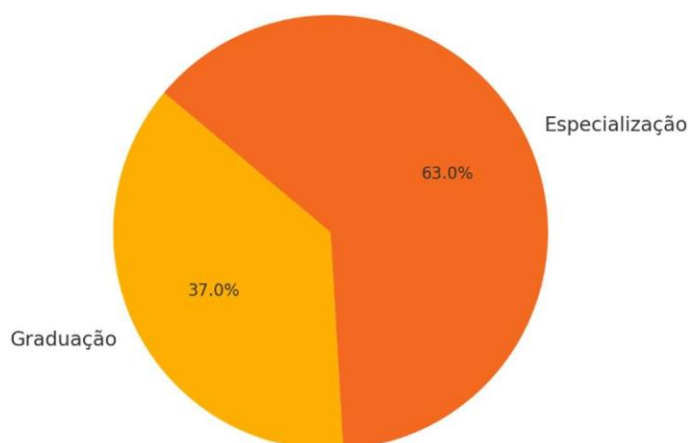
Figura 7 - Distribuição por faixa etária



Fonte: Elaboração própria.

Analisando o gráfico da figura 6, é possível inferir que o mesmo sugere que a presença expressiva de profissionais mais experientes indica estabilidade na profissão, mas preocupa o fato desta larga experiência na profissão, ainda revelar tanta necessidade de formação, em habilidades essenciais, como as de lidar com questões de apoio e suporte relacionadas a revelação de abuso sexual na infância. Isso posto, indica a urgência de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento e capacitação desta competência, apesar de a maioria dos professores possuir especialização (62,96%), enquanto uma parte significativa tem apenas graduação (37,04%), conforme sugerido na figura 7.

Figura 8 - Nível de Formação acadêmica



Fonte: Elaboração própria.

A análise do quadro 6 visa explorar os dados relacionados às percepções e ao preparo dos professores para lidarem com casos de abuso sexual infantil, bem como, práticas adotadas, respostas a revelações, formações recebidas e sugestões de melhorias institucionais. A partir de uma abordagem detalhada, busca-se compreender os desafios enfrentados pelos profissionais da educação, destacando tanto os aspectos positivos quanto os pontos críticos. Essa análise também permite identificar demandas prioritárias, como a necessidade de priorizar a formação contínua e o fortalecimento de políticas institucionais, com o objetivo de promover um ambiente escolar mais seguro e preparado para enfrentar essa questão sensível e urgente refletida de nossa sociedade, mas que está presente no cotidiano de nossas escolas.

Quadro 6 - Desafios enfrentados pelos profissionais da educação para lidar com casos de abuso sexual infantil

<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>	<b>(%)</b>
Percepção de abuso sexual	Qualquer contato sexual entre adulto e criança	48.57
	Qualquer ato forçado físico ou não	45.71
Preparo para identificar casos de abuso	Despreparados	50.0
	Alguma preparação mas precisa de mais formação	45.43
Papel do professor	Obrigações de denúncia	30.51
	Criação de ambiente acolhedor	30.51
Práticas mais adotadas	Postura acessível e aberta para diálogos	53.49
	Não abordar por não ser curricular	16.13
Reação a uma revelação de abuso	Informar à direção escolar	58.14

	Falta de preparo	51.06
	Priorizar segurança imediata do aluno	45.24
Formação específica recebida	Nunca receberam formação específica	66.67
	Desejo por treinamentos práticos e simulações	19.23
	Protocolos detalhados	36.54
Melhorias institucionais sugeridas	Parcerias com organizações especializadas	33.33
	Criação de equipe dedicada	31.11
	Treinamentos/workshops frequentes e mentoria	36.84

Fonte: Elaboração própria.

Em relação a percepção de abuso sexual, quase metade dos respondentes (48,57%) entende o abuso sexual como qualquer contato sexual entre adulto e criança e uma parcela semelhante (45,71%) adota uma definição mais ampla, incluindo atos forçados, físicos ou não. Verifica-se uma conscientização ampla sobre o conceito de abuso sexual, embora uma abordagem ainda mais uniforme seja necessária.

Sobre a categoria 'preparo para identificar casos de abuso', metade dos participantes (50%) se considera despreparada para identificá-los. Enquanto outros 45,43% reconhecem alguma preparação, mas destacam a necessidade de mais formação. O diagnóstico deste despreparo pode dificultar a identificação e o manejo de casos.

Neste contexto, o papel do professor é fundamental, pois 30,51% acreditam que o papel do professor é denunciar os casos, a mesma porcentagem enfatiza a criação de um ambiente acolhedor, havendo um equilíbrio entre o entendimento do dever legal de denúncia e a necessidade de apoio emocional ao aluno.

Na busca por identificar as 'práticas mais adotadas' em relação ao momento da revelação, verificou-se que 53,49% dos professores adotam uma postura aberta ao diálogo, enquanto 16,13% não abordam o tema por não ser considerado curricular. Como se pode observar, a prática de diálogo é positiva, mas a resistência à inclusão curricular do tema demonstra uma barreira institucional. Acreditamos na inserção da educação sexual de forma adaptada ao currículo, para que professores sintam respaldo institucional para abordar o tema.

Em relação às práticas e a inserção da educação sexual adaptada ao currículo, o artigo de Brino e Williams (2008), explora especificamente a capacitação de educadores da Educação Infantil para atuarem na prevenção do abuso sexual infantil. A avaliação dos dados das autoras indicou um impacto positivo na escola e

na comunidade, evidenciando a importância da educação sexual como ferramenta preventiva e o papel central dos professores nesse processo.

Sobre a 'reação a uma revelação de abuso' as ações foram as mais distintas. Nesta pergunta, os professores poderiam responder mais de uma possibilidade atitudinal frente à revelação. Dessa forma, 58,14% informariam a direção escolar; 51,06% apontam a falta de preparo como maior desafio e; 45,24% priorizariam a segurança imediata do aluno. Percebe-se um foco claro em seguir os protocolos institucionais, mas a falta de preparo ainda é uma barreira para decisões mais eficazes e direcionadas.

Estes apontamentos vem ao encontro dos preconizados por Habigzang; Ramos; Koller (2011) na pesquisa intitulada "A Revelação de Abuso Sexual: As Medidas Adotadas pela Rede de Apoio" que investigou as ações tomadas por redes de apoio a crianças e adolescentes após a revelação de abuso sexual. Segundo os autores, a confiança da família na revelação e a denúncia da violência foram identificadas como fatores de proteção. Entretanto, o alto índice de abrigamento e a falta de monitoramento efetivo do afastamento do agressor representaram fatores de risco.

Questionados sobre a 'formação específica recebida', dois terços (66,67%) nunca receberam uma formação direcionada a esta temática, 19,23% desejam treinamentos práticos e simulações, enquanto 36,54% pedem protocolos detalhados. Essa lacuna na formação docente está amplamente documentada na literatura. Estudos como o de Soares et al. (2020) reforçam a importância de capacitações práticas e protocolos claros, corroborando os achados do estudo. A postura acolhedora como prática predominante é uma contribuição relevante, pois a literatura frequentemente enfatiza mais o cumprimento de protocolos do que o acolhimento emocional.

Diante do contexto das respostas, indagou-se sobre "melhorias institucionais sugeridas" e obteve-se importantes contribuições. Dos respondentes, 33,33% sugerem parcerias com organizações especializadas, 31,11% pedem a criação de equipes dedicadas, enquanto 36,84% sugerem treinamentos frequentes e mentoria. Fica evidente um desejo por suporte institucional, tanto interno quanto externo, para lidar com casos de abuso. Neste caso, uma oportunidade seria o estabelecimento de parcerias com ONGs, criar equipes multidisciplinares internas e organizar workshops frequentes para fortalecer a rede de apoio.

Platt *et al.* (2018) e Lopes *et al.* (2018) destacam a necessidade de ações educativas e políticas para prevenção do abuso sexual infantil. Nesse contexto, a pesquisa de Lira *et al.* (2020) ressalta que, embora a confiança familiar e a denúncia sejam fatores protetivos importantes, ainda existem desafios como a elevada taxa de abrigamento das vítimas e a falta de monitoramento adequado do afastamento dos agressores, evidenciando a importância de suporte institucional contínuo para proteger as crianças e fortalecer redes de apoio.

Em relação aos aspectos e dados levantados e organizados no quadro 6, eles refletem um panorama em que os professores demonstram percepção abrangente sobre o tema, mas carecem de preparo adequado e suporte institucional. Denotando algumas possibilidades de desenvolvimento de competências e habilidades para lidar com o tema em pauta por meio de ações que incluem:

- Formações regulares e práticas.
- Desenvolvimento de protocolos claros.
- Inclusão curricular da educação sexual.
- Parcerias institucionais e redes de apoio.

É importante destacar que os professores demonstraram percepção abrangente sobre o conceito de abuso sexual, mas evidenciaram falta de preparo para identificar e lidar com casos. Apenas uma pequena parcela recebeu formação específica, o que reforça a lacuna apontada no objetivo de analisar a formação docente e, embora os professores reconheçam a gravidade do tema, as lacunas na formação e a ausência de protocolos claros dificultam uma atuação mais efetiva, alinhando-se ao objetivo de identificar os desafios e propor melhorias.

## **5 PROPOSTA DE PRODUTO EDUCACIONAL**

O produto educacional proposto é um Workshop de Capacitação intitulado "Revelação de Abuso Sexual Infantil: Capacitação para Educadores", desenvolvido como parte integrante desta pesquisa visando a atender à necessidade de uma abordagem sensível e eficaz para a proteção e apoio às vítimas de abuso sexual no ambiente escolar, especificamente no ensino fundamental anos iniciais.

### **5.1 Justificativa**

A pesquisa desenvolvida aborda o tema da revelação do abuso sexual contra alunos do ensino fundamental, destacando a importância de capacitar educadores para lidar adequadamente com essas situações.

### **5.2 Objetivos**

#### **5.2.1 Geral**

Capacitar professores dos anos iniciais do ensino fundamental para lidar de forma adequada e eficaz com situações de revelação de abuso sexual infantil no ambiente escolar.

#### **5.2.2 Específicos**

1. Aprofundar o conhecimento dos professores sobre abuso sexual infantil e suas implicações.
2. Desenvolver habilidades para identificar sinais de abuso sexual em crianças.
3. Treinar os educadores em técnicas de acolhimento e escuta ativa para lidar com revelações de abuso.
4. Orientar sobre os procedimentos legais e éticos a serem seguidos após uma revelação.
5. Fornecer ferramentas práticas para a prevenção do abuso sexual no ambiente escolar.

### **5.3 Estrutura e Metodologia**

O workshop terá duração de 16 horas, distribuídas em quatro dias, na modalidade presencial, com capacidade para 20-25 participantes. A metodologia proposta envolve atividades de simulações, discussões e reflexões, permitindo um aprendizado prático e aprofundado.

As simulações visam envolver os participantes em situações fictícias de abuso sexual, desenvolvendo habilidades de resposta imediata e sensível. As discussões e debates promovem o desenvolvimento racional de soluções, análise minuciosa e possibilidade de adequações, levando o grupo a uma solução experimental. A reflexão sobre os problemas serve para comprovar o pensamento do grupo, indo além da mera discussão.

### **5.4 Programação**

A proposta do workshop está estruturada em oito módulos, distribuídos ao longo de quatro encontros:

1. Introdução e Contextualização
2. Identificação de Sinais de Abuso Sexual
3. O Processo de Revelação
4. Técnicas de Acolhimento e Escuta Ativa
5. Procedimentos Legais e Éticos
6. Prevenção do Abuso Sexual no Ambiente Escolar
7. Desenvolvimento de Planos de Ação
8. Encerramento e Avaliação

### **5.5 Materiais Complementares**

Como parte do produto educacional, serão desenvolvidos materiais complementares:

1. Planos de Aula: Quatro planos detalhados para aplicação em diferentes faixas etárias, abordando temas como "Meu corpo, minhas regras", "Segredos bons e ruins", "Confiança e pedido de ajuda" e "Respeito e

consentimento".

2. Cartilha: Um "Guia do Educador: Prevenção e Manejo da Revelação de Abuso Sexual Infantil", contendo informações essenciais, estratégias de prevenção, fluxogramas de notificação e recursos adicionais.

Este produto educacional se alinha com os objetivos da dissertação de investigar como os professores lidam com a revelação de abuso sexual por alunos e quais práticas adotam. A combinação do workshop interativo, planos de aula práticos e a cartilha informativa permitirá uma abordagem abrangente e aplicável do tema, visando fornecer aos professores as ferramentas necessárias para lidar de forma adequada com situações de revelação de abuso sexual infantil, promovendo um ambiente escolar mais seguro e protetor.

A implementação efetiva deste workshop como uma política pública requer uma abordagem sistemática e baseada em evidências. É fundamental que se estabeleça um processo rigoroso de avaliação e documentação dos resultados obtidos com a capacitação dos educadores. Esta avaliação deve focar na melhoria das habilidades dos professores em lidar com situações de revelação de abuso sexual e também no impacto mais amplo que essa capacitação pode ter no ambiente escolar como um todo.

Para isso, sugere-se a demonstração:

1. O aumento da confiança e competência dos educadores em identificar e responder a casos de abuso sexual infantil.
2. A melhoria no clima escolar, com ênfase na segurança e bem-estar dos alunos.
3. O incremento nas taxas de notificação e encaminhamento adequado de casos suspeitos.
4. A percepção dos alunos sobre a escola como um ambiente seguro e acolhedor.

A parceria entre a rede municipal de ensino e a universidade deve ser formalizada por meio de um acordo de cooperação técnica, assegurando a continuidade e o aprimoramento contínuo do programa. Este acordo deve prever a realização periódica do workshop, bem como a atualização dos materiais e conteúdos conforme novas pesquisas e legislações surjam.

É primordial que os resultados e impactos do programa sejam apresentados de forma clara e convincente aos gestores educacionais, formuladores de políticas e

demais interessados relevantes. Esta apresentação deve enfatizar os benefícios diretos para as vítimas de abuso sexual, mas também os ganhos indiretos para toda a comunidade escolar, como a criação de um ambiente mais seguro e propício à aprendizagem.

Ao demonstrar a eficácia e o valor deste programa de capacitação, aumentam-se as chances de sua adoção como uma política pública permanente, garantindo assim que mais educadores sejam preparados para lidar com a delicada questão da revelação do abuso sexual infantil, contribuindo para a proteção e o bem-estar das crianças em idade escolar.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo central investigar de que maneira os professores dos primeiros anos do Ensino Fundamental lidam com a revelação de abuso sexual pelos alunos e quais as práticas adotadas em suas ações. Ao longo do estudo, buscamos analisar as percepções dos educadores, identificar suas práticas e fatores influenciadores, bem como propor recomendações para sua formação contínua.

Os resultados obtidos através de uma abordagem metodológica mista, incluindo questionários, entrevistas semiestruturadas e análise documental, proporcionaram uma visão abrangente e multifacetada da realidade enfrentada pelos professores em São Caetano do Sul.

No que tange às percepções dos professores sobre o abuso sexual infantil e suas responsabilidades, constatou-se uma consciência generalizada da gravidade do problema e do papel que desempenham na proteção das crianças. No entanto, muitos educadores expressaram insegurança quanto aos limites de sua atuação e às implicações legais de suas ações. Esta ambivalência entre o reconhecimento da importância de seu papel e a incerteza sobre como desempenhá-lo adequadamente emerge como um dos principais desafios identificados.

Quanto às práticas adotadas pelos professores ao receberem revelações de abuso sexual, observou-se uma variabilidade significativa. As ações mais comumente relatadas incluem:

1. Escuta atenta e acolhedora do aluno.
2. Comunicação imediata à equipe gestora da escola.

Contudo, a pesquisa também revelou que estas práticas nem sempre são executadas de maneira sistemática ou alinhada com as melhores recomendações dos especialistas. Fatores como o nível de preparo individual do professor, o suporte institucional disponível e as características específicas de cada caso influenciam significativamente a forma como os educadores respondem às revelações.

Um achado importante da investigação foi a identificação de lacunas significativas na formação dos professores para lidar com situações de abuso sexual. Muitos relataram nunca terem recebido treinamento específico sobre o tema, dependendo principalmente de conhecimentos adquiridos informalmente ou de sua intuição para guiar suas ações.

Com base nestas constatações, propomos as seguintes recomendações para a formação contínua dos professores:

1. Implementação de programas de capacitação regular e obrigatória sobre identificação, prevenção e manejo de casos de abuso sexual infantil.
2. Desenvolvimento de protocolos claros e detalhados para orientar as ações dos educadores em casos de revelação.
3. Criação de redes de apoio interdisciplinar, integrando profissionais da educação, saúde, assistência social e sistema de justiça.
4. Estabelecimento de espaços de supervisão e suporte emocional para os professores que lidam com essas situações.
5. Inclusão do tema nos currículos de formação inicial de professores, garantindo que os futuros educadores já entrem na profissão com conhecimentos básicos sobre o assunto.

Retornando à pergunta norteadora, conclui-se que a maneira como os professores dos primeiros anos do Ensino Fundamental lidam com a revelação de abuso sexual pelos alunos é marcada por uma combinação de comprometimento ético, insegurança procedimental e necessidade de maior preparo técnico e emocional. As práticas adotadas, embora bem-intencionadas, contudo, frequentemente carecem de sistematização e embasamento teórico-prático adequado.

Esta pesquisa evidenciou a urgência de uma abordagem mais estruturada e abrangente para capacitar os educadores a lidar com a revelação de abuso sexual infantil. É imperativo que as instituições educacionais, em parceria com órgãos governamentais e especialistas na área, desenvolvam estratégias eficazes para preencher as lacunas identificadas na formação dos professores.

Como possibilidade de avanço em pesquisas futuras, sugere-se o desenvolvimento e implementação de protocolos específicos para lidar com casos de revelação de abuso sexual infantil no ambiente escolar. Esses protocolos devem detalhar os procedimentos a serem seguidos pelos educadores, desde o momento da revelação até o encaminhamento adequado do caso.

Recomenda-se que tais protocolos sejam elaborados de forma colaborativa, envolvendo educadores, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais relevantes. Após sua implementação, seria valioso conduzir estudos longitudinais

para acompanhar e avaliar a eficácia desses protocolos ao longo do tempo. Essa abordagem permitiria identificar pontos fortes e fracos, possibilitando ajustes e melhorias contínuas. Além disso, a comparação entre escolas que adotam esses protocolos e aquelas que não os utilizam poderia fornecer insights valiosos sobre seu impacto na proteção das crianças e no suporte aos educadores.

Ao elucidar os desafios enfrentados pelos educadores e propor caminhos para uma formação mais adequada e sensível ao tema, este estudo contribui para o aprimoramento das práticas educacionais e para o fortalecimento da rede de proteção à infância. A implementação das recomendações aqui propostas pode significar um passo importante para garantir que os professores estejam melhor preparados para cumprir seu papel fundamental na identificação, prevenção e manejo de casos de abuso sexual infantil, assegurando assim um ambiente escolar mais seguro e acolhedor para todas as crianças.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de; SANTOS, Maria Cristina Amélia Borges dos; ROSSI, Tânia Maria de Freitas. Representações sociais de professores do ensino fundamental sobre violência intrafamiliar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. 22, p. 277-86, 2006.

AMARAL, Sabrina Pereira F.; BOLONHEZI, Camilla Samira de Simoni. **A violência contra crianças e adolescentes e a atuação da rede de proteção na visão de profissionais de gestão educacional**. s/d. Disponível em: PED2020003.pdf (fap.com.br). Acesso em: 15 mai. 2024.

AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 11, n. 3, p. 559–578, 1998.

ARAJ, Suane Pastoriza; SIQUEIRA, Aline Cardoso; ARPINI, Dorian Mônica. Rede de proteção: o olhar de profissionais do sistema de garantia de direitos. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 2, p. 727-741, jun. 2016.

ARAÚJO, Ionaria Guerra de. **A revelação no ambiente escolar da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes**: procedimentos de escuta e medidas adotadas. 2019. 147f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019.

ASSIS, Zania Maria Nunes de. **Gestão Educacional e o sistema de Identificação e notificação de violência contra crianças e adolescentes**. 2020. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre: 2020.

BAÍA, Pedro Augusto Dias; Xavier, Milene Maria Velosob; Habigzangc. Luísa F; Dell'Aglio, Débora Dalbosco ; Magalhães. Celina Maria Colino; Padrões de revelação e descoberta do abuso sexual de crianças e adolescentes. **Revista de Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 1-19, (1), p. 1-19, 2015.

BAIA, Samira Fakhour; Machado, Lucília Regina de Souza. Relações interpessoais na escola e o desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande,, v. 22, n. 1, p. 177–193, jan. 2021.

BANDURA, Albert. **Teoria Social Cognitiva**: conceitos básicos. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1979.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTOS, Angélica Barroso; PEDRA, Caio Benevides; LAIGNIER, Diego Scherr. Plano Nacional De Educação Em Direitos Humanos: Como Efetivar? In: BROCHADO, Mariá; ABREU, Décio; FREITAS, Natália. (org.). **Educação em direitos humanos: uma contribuição mineira**. Belo Horizonte : Ed. UFMG: Proex, 2009.

BORGES, Rosimeire Aparecida Soares; MEDEIROS, Mauriceia Costa Lins; ASSIS,

Zania Mara Nunes. A gestão escolar democrática e a atuação na proteção da criança e do adolescente. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, p. 2731-2743, 2021.

BRASIL. Presidência da República (Casa Civil). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Presidência da República (Casa Civil). **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Brasília: Ministério da Justiça, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Unesco, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Brasília: São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 04, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. 2010a. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN42010.pdf?query=AGR](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN42010.pdf?query=AGR). Acesso em: 11 mai. 2024.

BRASIL. **Linha de cuidado para a atenção integral a saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências**: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010b. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha\\_cuidado\\_crianças\\_famílias\\_violências.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf). Acesso em: 18 dez. 2023.

BRASIL. Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de abril de 2006a. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=104402>. Acesso em: 11 mai. 2024.

BRASIL. **Resolução n.º 113, de 19 de abril de 2006**. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, Brasília, SEDH/CONANDA, 2006b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-113-de-19-04-06-parametros-do-sgd.pdf/view>. Acesso em 11 mai. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as bases e diretrizes da educação nacional, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Primeira Infância Avanços Do Marco Legal Da**

**Primeira Infância.** Cadernos de Trabalhos e Debates. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudos/pdf/obra-avancos-do-marco-legal-da-primeira-infancia>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti Albuquerque. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. **Cad. Pesq.** 2003;119:113-28.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Professores Como Agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil. **Educação & Realidade**, v. 33, n. 2, p. 209-229, jul./dez. 2008.

BRITO, Leila Maria Torraca de. O Papel da Universidade na Formação de Profissionais Competentes para Lidar com Casos de Violência Sexual. In: AZAMBUJA, Maria Helena Mariante Ferreira *et al.* **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CELLARD, André. A Análise Documental. In: POUPART, Jean. *et al.* (org.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295 - 316.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (org.) **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. 115 p.

CHILDHOOD BRASIL. O que é o Sistema de Garantias?. **Childhood Brasil**, 07 jan. 2022. de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/o-que-e-o-sistema-de-garantias/#:~:text=Composto%20por%203%20eixos%20principais,integral%20%C3%A0s%20crian%C3%A7as%20e%20adolescentes>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CHILDS, Carrie; WALSH, Dave. Self-disclosure and self-deprecating self-reference: Conversational practices of personalization in police interviews with children reporting alleged sexual offenses. **Journal of Pragmatics**, v. 121, p. 188-201, 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CIDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. [s.d.]. Disponível em: [https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/d.Convencao\\_Americana\\_Ratif..htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif..htm). Acesso em: 04 maio 2024.

CORSINI, Flavio; ALMEIDA, Fernanda; SILVA, Matheus José. The discussion of sexual violence in the education of licenseds: prevention, care and accountability. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ADOLESCENCE(S) & FÓRUM (RE)PENSANDO A EDUCAÇÃO, 3, 2017, São Paulo. **Anais São Paulo: Unifesp**, 2017. p. 219-236.

COSTA, Irlena Maria Malheiros da *et al.* Abuso sexual infantojuvenil enquanto problema social em Fortaleza, Ceará. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021037, 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

DEWES, João Osvaldo. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling**: uma descrição dos métodos. 2013. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Estatística) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DUARTE, Thaina de Moraes; PATIAS, Dapieve Naiana; HOHENDORFF, Jean Von. Crenças de Professores sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. **Psico-USF**, v. 27, n. 4, p. 635–648, out. 2022.

FALEIROS Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In: LEAL, Maria de Fátima P.; CESAR, Maria Auxiliadora. (org.). **Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Brasília: Cecria, 2001. p. 9-28.

FALEIROS, Eva T. S.; CAMPOS, Josete de O. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**. Brasília: Unicef, 2004.

FLICK, Uwe (2009). **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, São Paulo: Artmed, Bookman, 2009.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérnago. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139–144, maio 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Gomes, Romeu *et al.* A abordagem dos maus-tratos contra a criança e o adolescente em uma unidade pública de saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.7, n. 2, p. 275-283, 2002.

GONÇALVES, Cláudia Fabiane Gomes *et al.* Atuação em rede no atendimento ao adolescente vítima de violência: desafios e possibilidades. **Texto & Contexto: Enfermagem**, Florianópolis, v. 24, n. 4, p. 976-983, 2015.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; RAMOS, Michele da S.; KOLLER, Sílvia Helena. A Revelação de Abuso Sexual: As Medidas Adotadas pela Rede de Apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 447-67, out./dez. 2011.

HABIGZANG, Luísa *et al.* Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria E Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 341–348, 2005.

HANSEN, Fabiana Cristina. **Por uma política pública de educação integral na educação infantil**: desafios da gestão municipal e escolar. 2021. 137f. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) — Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2021

HENRIQUES, Ricardo; FIALHO, Leandro; CHAMUSCA, Adelaide. (org.). **Proteger para Educar**: a escola articulada com as redes de proteção de crianças e adolescentes. Brasília, 2007. (Cadernos Secad).

JASPER, Aláide *et al.* Prevenção à violência sexual e formação de professores: avaliação de uma proposta de intervenção. **Revista de Divulgação Interdisciplinar**, v.1, n. 1, 2013.

KLEEMEIER, Cynthia.; WEBB, Christopher .; HAZZARD, Adrian. Child Sexual Abuse Prevention: evaluation of a teacher training model. **Child Abuse and Neglect, Elmsford**, n. 12, p. 555-561, 1988.

LIMA, Lucinio C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 15-28, mar./abr. 2018.

LIRA, Margaret. O. S. C. *et al.* Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. **Rev.Enfermagem**. Florianópolis, v.26, n.3, 2017.

LISBOA, Carolina *et. al.*, Estratégias de *coping* de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, v.15, n. 2, p. 345-362, 2002.

LOPES, Vinicius *et al.* Abuso sexual na infância: uma breve abordagem do papel do professor diante a esse crime. **Anais da Jornada Científica dos Campos Gerais**, v. 15, 2017.

LYRA, Gabriela Franco Dias; CONSTANTINO, Patrícia; FERREIRA, Ana Lúcia. Quando a violência familiar chega até a escola. In: ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes. (org.). **Impactos da violência na escola**: um diálogo com professores [*e-book*]. 2010.

MAGNI, Ana Carolina Cordeiro; CORREA, João Jorge. Infância e violência sexual: um olhar sobre a vulnerabilidade da criança. **Revista Pleiade**, v. 10, n. 19, p. 53-60, 2016.

MENDES, Márcia Cristiane Ferreira; MOURA, Anaisa Alves de; ARAGÃO, Maria da Paz Arruda. A prática de professores da Educação Infantil como ação preventiva da violência sexual de crianças. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 3, p. 1900–1914, 2020.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação, Porto Alegre**, RS, v. 22, n. 37, p. 7- 32, 1999.

MORGAN, David L. **Focus group as qualitative research**. Qualitative Research Methods Series. 16. London: Sage Publications, 1997.

MOSCOVICI, Serge. **Psicologia Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Tairacon Roberth Lima; FURTADO, Thiago Fernandes; BARRETO, Mariana Leonesy da Silveira. Quem cala, consente? O papel da escola no enfrentamento da violência sexual infantil, 2022. In: TEIXEIRA, A. M. B., JACINTO, P. M. S., and DAZZANI, M. V. M. (org.). **O futuro é meu enquanto eu viver: desafios da psicologia em contextos educacionais [e-book]**. Salvador: Edufba, 2022. 286p.

PADILHA, Maria da Graça Saldanha.; GOMIDE, Paula Inês Cunha. Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 1, p. 53–61, jan. 2004.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência contra crianças: informe mundial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1343–1350, 2006.

PLATT, Vanessa Borges. *et al.* Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 4, p. 1019-1031, 2018.

PREFEITURA Municipal de Vitória da Conquista; CHILDHOOD Brasil. **Protocolo unificado de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência**. Brasil: Instituto WCF, 2023.

REPPOLD, C.T et al. Prevenção de Problemas de Comportamento e o Desenvolvimento de Competências Psicossociais em Crianças e Adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In: HUTZ, C.S. (Org.). **Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 7-51.

RIBEIRO, Maria Aparecida; FERRIANI, Maria das Graças C.; REIS, Jair Naves dos. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 2, p. 456-464, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Rafaela Maria; MELLO, Roseli Rodrigues de. Escolas no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes: análise bibliográfica de ações preventivas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 32, n. 123, p. e0244004, abr. 2024.

ROMANOWSKI, Joana P. **Formação e Profissionalização Docente**. 3. ed. Curitiba: Editora IBPEX, 2007.

SANTOS, Émina A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019.

SANTOS, Edilene C.; SILVA, Givanildo.; SILVA, Alex V. da. A centralidade das avaliações externas e do currículo nas políticas educacionais. **Educação, Cultura e Comunicação** (ECCOM), Lorena, v. 13, n. 25, p. 297-311, 2022.

SELL, Mariléia; OSTERMANN, Ana Cristina. A construção da significação da experiência do abuso sexual infantil através da narrativa: uma perspectiva interacional. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 31, n. 2, p. 307-332, jul. 2015.

SCARPATI, Arielle Sagrillo; KOLLER, Silvia Helena Atendimento a vítimas de violência sexual: revisão da literatura acerca do treinamento de policiais. **Psico**, v. 51, n. 1, Porto Alegre, 2020

SILVEIRA, Jordana. M. da.; PEREIRA, Jaiane. A. Violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes: possibilidades de atuação das instituições escolares. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO, 1., 2017, [S.l.]. **Anais [...]**. [S.l.: s.n.], 2017.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; ALVES, Cássia Ferrazza; LEÃO, Flávia Elso. A violação dos direitos da criança e do adolescente na perspectiva de professores. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 14, n. 3, p. 62-71, 2012.

SOMA, Sheila. M. P.; WILLIAMS Lúcia.C. A. Livro infantil especializado como estratégia de prevenção do abuso sexual. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 21, n. 1, p. 186-203, 2019.

SOUZA, Edinilsa. R.; ASSIS, Simone. G.; ALZUGIR, Fernanda de C. V. Estratégias de atendimento aos casos de abuso sexual infantil: um estudo bibliográfico. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 2, n. 2, p. 105-116, 2002.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. **Protocolo da atenção integral a crianças e adolescentes vítimas de violência**: uma abordagem interdisciplinar na saúde. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textoseartigos/publicacoes/publicacoes1/ProtocoloAtenIntegralCriançasAdolecentesVítimasViol.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2024.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. **Violação dos direitos da criança e do adolescente**: conceito onde denunciar, procedimentos. Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, 2013. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textos-e-artigos/publicacoes/colecao/situacaoRisco.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2024.

TAVARES, Fernanda. M. S. **Representação social do abuso sexual infantil e as práticas escolares em professores do ensino fundamental**. 2019. 90 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

TRIVIÑOS, Augusto. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIA. Professor: veja motivos para estimular o debate em sala de aula.

**Universia**, 17 jun. 2015. Disponível em:

<https://noticias.universia.com.br/educacao/noticia/2015/06/17/1126897/professor-veja-motivos-estimular-debate-sala-aula.htm>. Acesso em: 25 mai. 2024.

VAGLIATI, Ana Carla. **Gritos do Silêncio: O professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar**. 2014. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014.

VIODRES, Silvia Regina I.; RISTUM, Marilena. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 11-21, 2008.

## APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA

O presente formulário foi elaborado como parte integrante de uma pesquisa semiestruturada sobre a revelação de abuso sexual infantil no contexto escolar. Este instrumento foi disponibilizado pessoalmente aos participantes, com o objetivo de convidá-los a contribuir generosamente com seus conhecimentos e experiências para o estudo em questão. A participação voluntária dos respondentes foi fundamental para a compreensão das práticas e percepções dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental diante de situações de revelação de abuso sexual por parte dos alunos. As respostas fornecidas foram tratadas com confidencialidade e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, visando aprimorar o entendimento sobre o tema e contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de proteção à infância no ambiente escolar.

A seguir estão as questões do formulário e do questionário, iniciando com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O TCLE fornece informações detalhadas sobre a pesquisa, seus objetivos, riscos e benefícios, assegurando que os participantes compreendam plenamente a natureza de sua participação antes de consentirem em participar do estudo.

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE-e)**

Título da Pesquisa: Revelação de Abuso Sexual Infantil nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Análise das Práticas e Culturas Docentes em uma Escola no ABC Paulista

Pesquisadora Responsável: Eliana Josefa da Silva

Instituição: Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)

Comitê de Ética em Pesquisa: Aprovado conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Caro(a) Professor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente de uma pesquisa conduzida pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), como parte de uma dissertação de mestrado. O estudo tem o objetivo de investigar como os professores dos anos iniciais do ensino fundamental lidam com a revelação de abuso sexual infantil em uma escola da região do ABC Paulista.

Antes de decidir pela sua participação, é importante que você compreenda os objetivos da pesquisa, os procedimentos que serão adotados, bem como os possíveis riscos e benefícios. Pedimos que leia atentamente este termo e, caso aceite participar, forneça seu consentimento.

Objetivo do Estudo: O estudo visa analisar as práticas e culturas docentes no contexto escolar, especificamente em relação à revelação de abuso sexual infantil. O intuito é identificar as estratégias utilizadas pelos professores e propor melhorias para a formação docente e as práticas de manejo dessas situações sensíveis.

Procedimentos da Pesquisa: A pesquisa será dividida em duas etapas:

Etapa 1: Preenchimento de um questionário de perfil do participante, com duração aproximada de 10 a 15 minutos.

- Etapa 2: Participação em uma entrevista semi-estruturada em formato online, com sessões reflexivas gravadas, que terão duração de 1 hora. As discussões abordarão suas práticas, percepções e desafios no manejo de revelações de abuso sexual.

Você está convidado (a) a participar de uma reunião on-line, que tem o intuito de apoiar o processo de investigação através da metodologia de uma pesquisa-ação colaborativa, baseado em uma abordagem qualitativa, visando uma investigação conjunta com os participantes. O procedimento consistirá em observação sistemática, por meio de sessão reflexiva, seguindo uma pauta estruturada. O conteúdo dessa reunião será registrado por meio de gravação. Haverá uma sessão de uma hora de duração, na qual serão discutidos momentos reflexivos por meio de perguntas que incentivam os participantes a ampliar e compartilhar conhecimentos acerca de suas práticas com perguntas servirão para estabelecer conexões entre os objetivos pretendidos, as ações realizadas e a literatura apresentada. Para tanto, tomamos como premissa escutar os professores com abordagem de uma pesquisa-ação colaborativa participante, a fim de reconstruir os fundamentos teóricos de suas práticas, além disso, convidamos o Sr. (a) a participar da investigação e promover uma melhor reflexão acerca do contexto em que os professores estão inseridos. Informamos que sua participação nesta pesquisa está em conformidade com as normas legais e éticas estabelecidas. Os potenciais de riscos são pequenos, consistindo principalmente em possíveis desconfortos e incidentes menores. Neste contexto, o pesquisador se atentará e, caso surjam, serão tomadas medidas apropriadas, incluindo a interrupção da reunião e se desejado for, o desligamento do participante da pesquisa. Os procedimentos adotados seguem critérios éticos estipulados na Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, pelo Conselho Nacional de Saúde. Sua participação neste estudo é completamente opcional, e você tem o direito de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento a qualquer momento, sem sofrer penalidades. Riscos e Benefícios: A pesquisa apresenta riscos mínimos, podendo gerar desconforto emocional ao tratar do tema sensível de abuso sexual infantil. Caso surja algum desconforto, as sessões poderão ser interrompidas, e o(a) participante poderá optar por se retirar da pesquisa sem penalizações. Quanto aos benefícios, a participação pode promover reflexões sobre suas práticas pedagógicas e contribuir para seu desenvolvimento profissional, sem que haja remuneração ou compensação financeira.

Confidencialidade: Todas as informações obtidas durante a pesquisa serão tratadas com total confidencialidade. Seus dados pessoais serão armazenados de maneira segura e apenas a equipe de pesquisa terá acesso a eles. A divulgação dos resultados será feita preservando sua identidade.

Participação Voluntária: Sua participação é totalmente voluntária, e você tem o direito de desistir a qualquer momento, sem prejuízo ou penalidade. Caso decida não participar ou retirar seu consentimento, isso não afetará sua relação com a instituição.

Contato: Se você tiver dúvidas sobre o estudo ou desejar informações adicionais, pode entrar em contato com a pesquisadora responsável, Eliana Josefa da Silva, pelo telefone (11) 95041-4567 ou pelo e-mail [eliana.silva@uscsonline.com.br](mailto:eliana.silva@uscsonline.com.br).

Para questões éticas relacionadas à pesquisa, o Comitê de Ética em Pesquisa da USCS está disponível pelo telefone (11) 4239-3282 ou pelo e-mail [cep@online.uscs.edu.br](mailto:cep@online.uscs.edu.br).

### Declaração de Consentimento

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que li e compreendi as informações descritas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que fui devidamente informado(a) sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios desta pesquisa. Também fui informado(a) que minha participação é voluntária e que posso desistir a qualquer momento. Ao assinar abaixo, estou expressando meu consentimento para participar deste estudo.

Sua colaboração é muito importante para o sucesso deste estudo. Agradecemos antecipadamente por sua colaboração e disposição em participar deste estudo relevante para o avanço de práticas educacionais mais seguras e acolhedoras.

### **ETAPA 1: PREENCHIMENTO DE UM QUESTIONÁRIO DE PERFIL DO PARTICIPANTE, COM DURAÇÃO APROXIMADA DE 10 A 15 MINUTOS.**

Este questionário faz parte de uma pesquisa de dissertação em educação que visa investigar as práticas adotadas por professores dos anos iniciais do ensino fundamental ao lidarem com revelações de abuso sexual contra seus alunos. Sua participação é voluntária e todas as respostas serão tratadas com confidencialidade.

Agradecemos sua colaboração.

1. Qual é o seu sexo?

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder
- Outro

2. Como você se autodeclara em relação à cor/raça?

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Prefiro não declarar

3. Qual é a sua idade?

- 20-30 anos
- 31-40 anos
- 41-50 anos
- Acima de 50 anos

4. Há quantos anos você atua como professor(a) nos anos iniciais do ensino fundamental?

- Menos de 5 anos
- 5-10 anos
- 11-20 anos

Mais de 20 anos

5. Qual é o seu nível de formação acadêmica?

- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

6. Como você definiria abuso sexual infantil?

- Qualquer contato sexual entre um adulto e uma criança
- Apenas atos que envolvem penetração
- Qualquer ato sexual forçado, com ou sem contato físico, envolvendo uma criança
- Somente atos sexuais que deixam marcas físicas visíveis

7. Quais dos seguintes sinais podem indicar que uma criança está sendo vítima de abuso sexual?

- Mudanças repentinas de comportamento
- Conhecimento sexual inapropriado para a idade
- Dificuldades para sentar ou andar
- Todas as alternativas acima

8. Você se sente preparado(a) profissionalmente para identificar casos de abuso sexual infantil?

- Sim, totalmente preparado(a)
- Parcialmente preparado(a), mas preciso de mais formação
- Não me sinto preparado(a)
- Nunca pensei sobre isso

9. Qual você acredita ser o principal papel do professor na prevenção e identificação do abuso sexual infantil?

- Denunciar imediatamente qualquer suspeita
- Criar um ambiente seguro e acolhedor para os alunos
- Ensinar educação sexual abrangente
- Monitorar constantemente o comportamento dos alunos

10. Você já recebeu algum tipo de formação específica sobre como lidar com casos de abuso sexual infantil?

- Sim, formação completa e abrangente
- Sim, mas apenas informações básicas
- Não, mas gostaria de receber
- Não, e não considero necessário

11. Caso se depare com uma situação de revelação de abuso sexual por parte de um aluno, qual seria sua ação imediata?

- Conversar mais com o aluno para obter detalhes
- Informar imediatamente a direção da escola
- Contatar os pais ou responsáveis do aluno
- Registrar por escrito o relato do aluno

12. Qual das seguintes práticas pedagógicas você adota ou adotaria para criar um

ambiente seguro e acolhedor para que os alunos se sintam confortáveis em revelar situações de abuso?

- Estabelecer uma rotina de diálogos individuais regulares com cada aluno
- Promover atividades em grupo sobre temas como confiança e segurança pessoal
- Manter uma postura acessível e demonstrar disponibilidade para conversar a qualquer momento
- Criar o "momento seguro" durante a aula onde os alunos possam expressar seus sentimentos

13. Como você aborda o tema da educação sexual e prevenção do abuso sexual em sala de aula?

- Não abordo, pois não faz parte do currículo
- Através de materiais didáticos específicos sobre o tema
- Integrando o tema em discussões sobre saúde e bem-estar
- Apenas quando questionado pelos alunos

14. Qual você considera o principal desafio ao lidar com casos de abuso sexual infantil?

- Falta de preparo e formação adequada
- Medo de fazer acusações infundadas
- Dificuldade em manter a confidencialidade
- Resistência dos pais ou responsáveis

15. Qual fator você considera mais importante ao decidir como proceder após receber uma revelação de abuso sexual de um aluno?

- A segurança imediata do aluno
- As políticas e protocolos da escola
- O desejo de confidencialidade do aluno
- A gravidade percebida do abuso relatado

16. Como você equilibra a necessidade de manter a confidencialidade do aluno com a obrigação legal de reportar casos de abuso?

- Sempre priorizo a confidencialidade do aluno
- Reporto imediatamente, independente do desejo do aluno
- Busco orientação da equipe escolar antes de tomar qualquer decisão
- Explico ao aluno a necessidade de reportar e busco seu consentimento

17. De que forma o apoio da equipe escolar e da direção mais influencia suas decisões e ações em casos de suspeita ou revelação de abuso sexual?

- Fornecendo orientação clara sobre os procedimentos a serem seguidos
- Oferecendo suporte emocional e profissional
- Assumindo a responsabilidade de lidar com as autoridades e famílias
- Promovendo treinamentos regulares sobre o tema

18. Qual tipo de recurso ou suporte você acredita que seria mais útil para ajudar os professores a lidar com casos de abuso sexual infantil?

- Treinamentos práticos e simulações de situações reais
- Materiais didáticos e guias de referência rápida
- Acesso a profissionais especializados para consulta
- Protocolos detalhados e passo a passo para seguir

19. Em sua opinião, qual tópico deveria ser prioritariamente abordado em uma formação continuada sobre abuso sexual infantil para professores?

- Indicadores físicos e comportamentais de abuso sexual
- Técnicas de comunicação e acolhimento para vítimas
- Aspectos legais e obrigações de notificação
- Estratégias de prevenção e educação sexual

20. Como você acredita que a escola pode melhorar seus protocolos e políticas para lidar com casos de abuso sexual infantil?

- Estabelecendo parcerias com organizações especializadas
- Criando uma equipe dedicada para lidar com casos de abuso
- Implementando um sistema anônimo de denúncias
- Realizando avaliações regulares e atualizações dos protocolos existentes

21. Baseado em sua experiência, qual recomendação você faria para melhorar a capacidade dos professores em lidar com revelações de abuso sexual infantil?

- Aumentar a frequência de treinamentos e workshops sobre o tema
- Criar grupos de apoio e discussão entre professores
- Implementar mentoria com profissionais experientes no assunto
- Fornecer recursos online e materiais de autoestudo

## **ETAPA 2: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM PROFESSORES SOBRE REVELAÇÃO DE ABUSO SEXUAL**

### **Objetivo da Entrevista:**

Compreender as percepções, dificuldades, receios e estratégias utilizadas por professores ao lidar com casos de revelação de abuso sexual por alunos, além de explorar suas necessidades de capacitação e apoio institucional.

### **I. Boas-vindas e Abertura:**

Agradecer aos participantes por aceitarem participar da entrevista.

Explicar o objetivo da pesquisa, destacando a importância da contribuição dos professores para melhorar a compreensão sobre a revelação de abuso sexual e o apoio nas escolas.

Reafirmar a confidencialidade das respostas e o direito de não responder a perguntas que possam causar desconforto.

Solicitar consentimento verbal para a gravação e para a continuidade da entrevista.

### **1: Identificação de Sinais de Abuso Sexual**

Pergunta 1: Quais são os sinais que você acredita que podem indicar que uma criança pode estar sofrendo abuso sexual?

Pergunta complementar: Você se sente preparado(a) para identificar esses sinais no cotidiano escolar?

## **2: Desafios e Receios ao Lidar com Revelação**

Pergunta 2: Quais são os principais desafios ou dificuldades que você enfrenta ou imagina enfrentar ao escutar uma criança relatando um possível caso de abuso sexual?

Pergunta complementar: Você sente algum tipo de receio ou insegurança ao lidar com uma revelação de abuso sexual feita por um aluno? Pode explicar mais sobre esses sentimentos?

## **3: Apoio Institucional**

Pergunta 3: Na sua opinião, a escola oferece o suporte necessário para que os professores possam lidar com esse tipo de situação?

Pergunta complementar: Quais tipos de apoio você considera essenciais para enfrentar essas situações de forma adequada?

## **4: Procedimentos e Protocolos**

Pergunta 4: Você está familiarizado com os procedimentos da escola ou das autoridades para lidar com casos de revelação de abuso sexual?

Pergunta complementar: Como você se sente em relação a esses protocolos? Você acredita que são claros e aplicáveis na prática?

## **5: Impacto Emocional**

Pergunta 5: Como você acredita que o enfrentamento de uma situação de revelação de abuso sexual pode afetar você emocionalmente?

- Pergunta complementar: O que você considera importante para amenizar esse impacto emocional e lidar com essas situações de forma mais saudável?

## **6: Estratégias Utilizadas**

Pergunta 6: Quais estratégias você utiliza ou acredita que deve utilizar ao lidar com a revelação de abuso sexual feita por uma criança?

Pergunta complementar: Existe algo que você gostaria de aprimorar nessas estratégias?

**7:Encerramento:**

Pergunta Final:

Há mais algum ponto ou aspecto que você gostaria de acrescentar ou compartilhar sobre o tema discutido?

**II- Agradecimento:**

Agradecer novamente pela participação e reforçar a importância das contribuições para a pesquisa.

Informar sobre a possibilidade de compartilhamento dos resultados finais da pesquisa, caso o participante tenha interesse.

**Notas Importantes**

- Flexibilidade: Estimular o participante a detalhar suas respostas.
- Sensibilidade: Estar atento ao estado emocional do entrevistado.
- Registro de Dados: Certificar-se de registrar de forma detalhada as respostas por gravação para análise posterior.

## ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA ACADÊMICA



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ASSUNTO: Autorização para realização de pesquisa acadêmica

São Caetano do Sul, 03 de outubro de 2024

A Secretaria Municipal de Educação de São Caetano do Sul autoriza a pesquisadora **Eliana Josefa da Silva**, da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS, a realizar a pesquisa intitulada "**Abuso Sexual de Estudantes: Compreensão e Ações Direcionadas sob a Ótica do Educador**", sob orientação do **Prof. Dr. Marco Wandercil Silva**, na EMEF Elvira Paolilo Braido, da Rede Municipal de Ensino.

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa supracitada, concedemos anuência em caráter precário para seu desenvolvimento, desde que sejam assegurados:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução CNS nº 510/2016;
- A garantia de que esta Secretaria poderá solicitar, a qualquer tempo, elucidações acerca do desenvolvimento da pesquisa ou após os resultados obtidos;

No caso de descumprimento dos itens acima, a Secretaria de Educação poderá retirar a anuência previamente concedida, a qualquer tempo no decorrer da pesquisa.

Para início das atividades, a pesquisadora deverá entregar/enviar parecer da Comissão de Ética da Universidade ou da Plataforma Brasil, a fim de garantir a autorização final da realização da pesquisa.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

**Daniela Harumi Hikawa**  
Diretora de Educação Integrada  
danielahikawa@scseduca.com.br